

CampusRepórter

AUDIODESCRIÇÃO

RECURSO PROMOVE INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS NO CINEMA, TEATRO, VÍDEO E TV

ABC DAS MULHERES

NO CENTRO INDUSTRIAL PAULISTA, O SINDICALISMO VIRA ECONOMIA SOLIDÁRIA

ENTREVISTA

DAVID FLEISCHER FALA DE PRESENTE E FUTURO NA POLÍTICA BRASILEIRA



campus

**O *Campus*, jornal
laboratório com circulação
permanente mais antigo
do país, completa 40 anos**



**Faculdade de Comunicação
Universidade de Brasília**

Se há uma palavra para definir esta **Campus Repórter** é imersão. Para trazer as reportagens desta sexta edição nossos repórteres mergulharam em mundos diversos: rock dos anos 60, cegueira, infância, mulher, política. Fotógrafos e diagramadores participaram dessas viagens. O resultado do cruzamento das diferentes pesquisas e linguagens pode ser visto em nossas próximas páginas.

Em meio à reforma de nossa faculdade e à chegada dos primeiros alunos do novíssimo curso noturno, improvisamos encontros de toda a equipe ainda nas férias de janeiro. Neste período foi aprofundado o projeto gráfico da revista, com a utilização mais livre dos espaços sem texto – os silêncios das páginas, ou pausas de leitura.

Mantivemos alguns encontros nas salas improvisadas de redação. Também experimentamos a organização do trabalho de equipe no meio virtual, com uso de um blog de acesso restrito, para apresentação do andamento das reportagens: imagens de cartazes modernistas, banco digital das fotografias produzidas para cada um dos temas, resumos da apuração das pautas.

A reportagem de capa sobre audiodescrição nasceu de um documentário – trabalho de conclusão de curso. Para entender os outros sentidos, além da visão, as repórteres frequentaram o Centro Especial de Ensino para Deficientes Visuais-DF e guiaram o caminho da pesquisa de fotografia e diagramação. Não é tudo escuro. Mas sem nitidez, um jogo de claro e escuro.

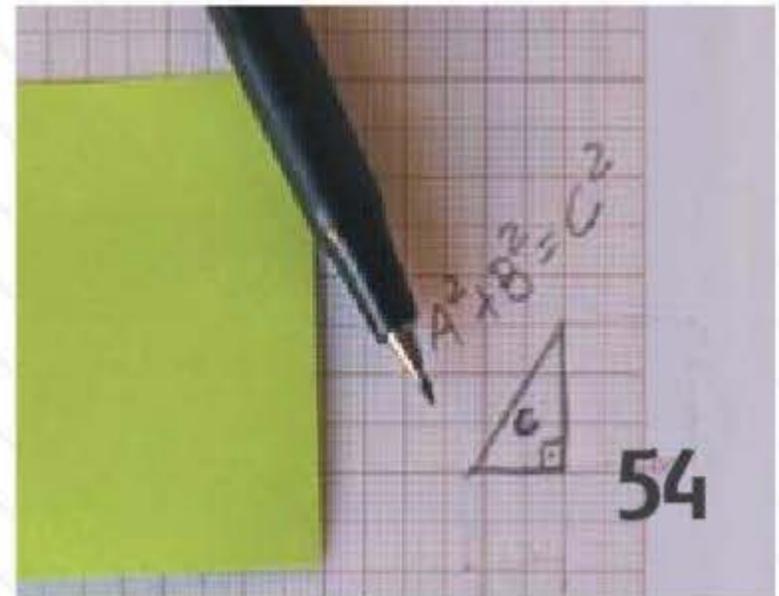
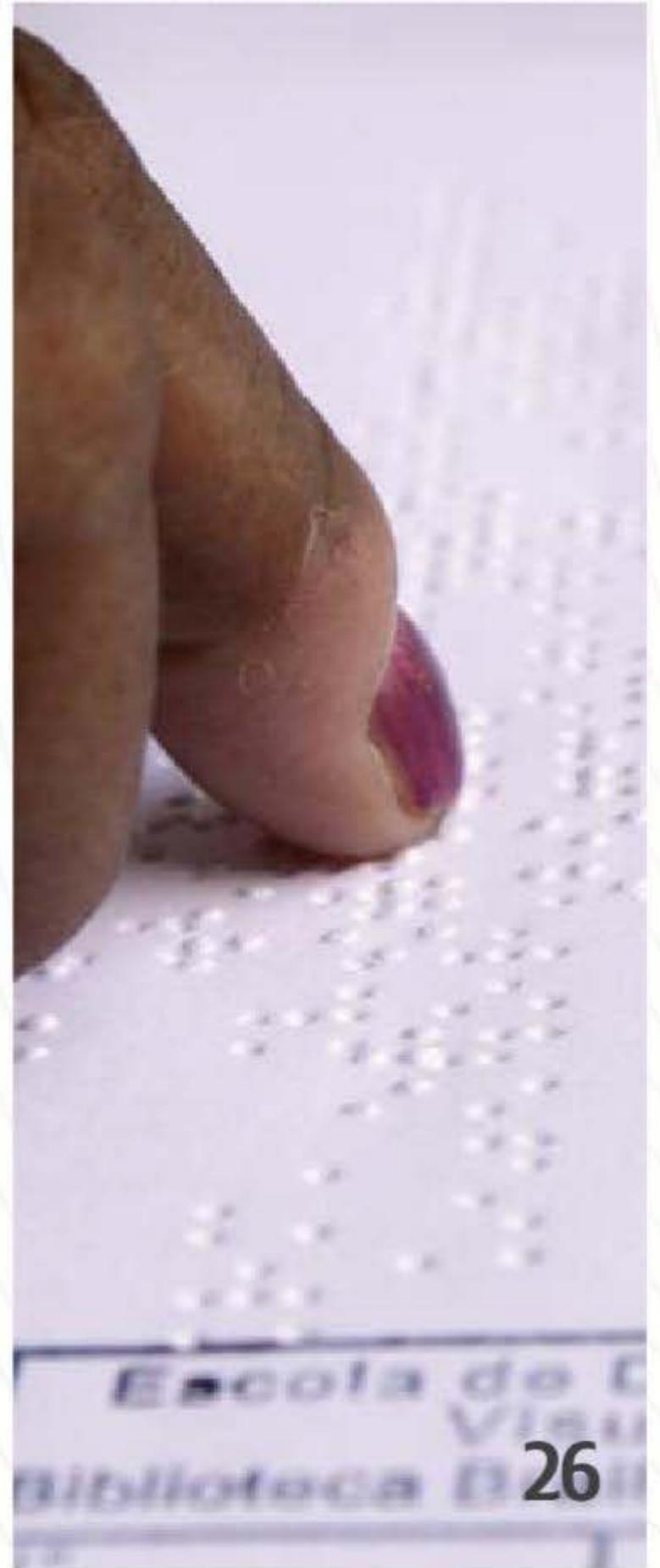
Para a reportagem sobre mulheres que se organizam em cooperativas, no berço do sindicalismo brasileiro, nas cidades da região industrial do ABC paulista, o olhar estrangeiro de nosso repórter contou com o apoio das lentes de uma fotógrafa de São Bernardo do Campo. Ambos estudantes de jornalismo, trocaram saberes diferenciados. O cinema de Leon Hirzman, com os filmes *Eles não usam Black Tie* e *ABC da Greve*, também ajudou na compreensão do universo daquelas mulheres politizadas.

Goiás é o cenário da reportagem inserida nos 20 anos de políticas públicas para a infância e a adolescência com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os repórteres passaram cinco dias em um orfanato para entender a lógica desses espaços. Voltaram algumas outras vezes, e captaram os receios de jovens que, prestes a atingir a maioridade, veem um frágil futuro além dos muros dos abrigos.

A história do rock dos anos 60 em Brasília é um híbrido: a pesquisa é reportagem, mas o formato é almanaque; tem fotos resgatadas de álbuns desbotados e formas geométricas inspiradas em cartazes modernistas. Muito antes do mito do Legião Urbana, os jovens cabeludos da capital abriam shows de Roberto Carlos e animavam bailinhos em vários pontos da cidade.

Para entrevistar o cientista político David Fleischer – um químico americano que em 1962 veio da Flórida para o Brasil, como membro do Corpo de Voluntários da Paz, apaixonou-se por uma brasileira e se mudou para cá – a equipe mergulhou na história recente da política brasileira. Às vésperas das eleições presidenciais, o principal desafio a vencer foi a produção de um material com tempo de validade longo, capaz de superar as nuvens que se movem tão rápido no cenário eleitoral.

Boa leitura
Márcia Marques



Campus Repórter

- 06** E agora, José?
- 16** Almanaque rock 60
- 26** Enxergando o invisível
- 38** O ABC das mulheres
- 48** Entrevista David Fleischer
- 54** Poemas Vis



E agora,
José?

TEXTO Pedro Lacerda com colaboração de Fábio Tito

FOTOS Pedro Lacerda (1,2,3 e 4) | arquivo Lar Betel (5) | Fábio Tito (6)

DIAGRAMAÇÃO Andrea Ribeiro

DIREÇÃO DE ARTE Taynara Nogueira

Milhares de crianças e adolescentes que moram em abrigos e orfanatos vivem na corda bamba entre o amparo legal do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e um futuro além dos muros dos abrigos. Após completarem 18 anos, esses jovens precisam enfrentar o mundo, mas que futuro os aguarda? Para onde ir?



Lar Betel, interior de Goiás, um dos cerca de 70 abrigos do estado

OECA, ainda que com dificuldades para sua implementação, é uma conquista: prevê uma série de ações para proteger e resguardar direitos e garantias para milhares de crianças e jovens brasileiros. Mas nem sempre foi assim. As políticas públicas voltadas para a infância são relativamente novas e ainda passam por um processo de consolidação.

Campus Repórter entrevistou especialistas que estudaram a evolução das políticas públicas para a infância nas últimas décadas e visitou um abrigo muito especial no interior do estado de Goiás. Lá encontramos personagens com histórias tristes, que passaram por situações de pobreza e violência, e que são o reflexo da infância no país.

Você vai conhecer a história de dois irmãos gêmeos que foram abandonados pela mãe quando tinham apenas 6 anos de idade e que hoje vivem no Lar de Crianças Betel, em Cocalzinho de Goiás, GO. Apesar de viverem em um abrigo seguro, com alimentação adequada e assistência de saúde, e estarem resguardados por leis que garantem seus direitos, o futuro dessas, como de milhares que vivem em abrigos, é incerto. A legislação e as políticas públicas evoluíram, mas a sociedade não acompanhou o mesmo ritmo. Somente

no estado de Goiás, segundo levantamento parcial da Secretaria da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai-GO), 1.139 crianças e adolescentes vivem em 69 abrigos do estado. Joaquim Fleury Ramos, secretário da Cejai-GO, acredita que ao final do levantamento o número total de jovens em abrigos deve chegar a 1.500.

PASSADO | Desde o Código Penal do Império, de 1830, qualquer ato praticado pela infância pobre, diferente do recomendado pelas autoridades e pela sociedade, era considerado reprovável e passível de punição. Por ser considerado um problema social, o menor então era recolhido em prisões estatais ou abrigos religiosos, longe dos olhos da sociedade.

De acordo com a professora de História da Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), Diane Valdez, no final do século XIX, por pressão da sociedade, esse problema passou a ser uma preocupação maior para os governos e surgiu a necessidade de criar instituições específicas para abrigá-las. "Nas igrejas se dava assistência porque era o local reconhecido por uma sociedade que cristalizava o pensamento religioso vigente, como se as crianças fossem pobres criaturas



de deus”, afirma Diane. Mas as instituições religiosas já não conseguiam cumprir prestar essa assistência de maneira efetiva.

Então em 1930, começam a funcionar os primeiros internatos, orfanatos, lares e casas transitórias, legalizados a partir do primeiro Código de Menores, de 1927, que tinha como objetivo proteger as crianças e adolescentes de hostilidades e riscos. Ao mesmo tempo, servia que para que o Estado encobrisse da sociedade a “incômoda” convivência com a figura do menor abandonado. “A população queria se livrar daquela coisa que causava mal estar, que eram as crianças pedindo esmola. A criança pobre passou a mostrar a fragilidade do governo e das políticas públicas”, salienta Diane. Esse foi um dos primeiros marcos da Constituição brasileira no que se refere ao trato de crianças e de adolescentes.

Diane rememora que, por volta de 1950, diante de numerosos casos de maus tratos, o governo federal inaugurou a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), e diversos estados do território nacional criaram a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem). Também na década de 50 foi promulgada a Carta dos Direitos Universais da Criança e do Adolescente, pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O marco seguinte na proteção de crianças e adolescentes ocorreu quase quatro décadas depois. As mudanças introduzidas pelo Estatuto, em julho de 1990, colocaram a sociedade brasileira diante de um novo paradigma em relação aos modos de ação quando se trata da infância e juventude. Essa lei trouxe um avanço ao considerar a criança e o adolescente como sujeitos de direito, colocando-os em foco, ao invés de priorizar a família adotante.

A psicóloga Malu Moura, ex-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), reconhece que o ECA representou um avanço da legislação e no aparato institucional, com a criação dos Conselhos Tutelares, das delegacias e tribunais especializados, mas ela lembra que a trajetória do Estatuto é muito nova para uma sociedade que sempre conviveu com uma realidade em que o lugar da criança não é reconhecido. “A gente observa que os mecanismos de proteção estão mais popularizados e disponíveis. No entanto, o modelo de sociedade atual cria relações de muita intolerância. Temos uma legislação moderna, mas que ainda opera culturalmente com os antigos valores. Romper com isso é algo que ainda um leva um tempo”, acredita Malu.

Ninguém é tão confundido no abrigo quanto Marcelo e Maurício





“GOSTO DAQUI, NÃO QUERO VOLTAR PRA CASA. SE EU VOLTAR, MINHA MÃE VAI BEBER DE NOVO”

DÉBORA

PRESENTE | Depois de duas décadas do ECA, verificamos que houve um avanço no que se refere ao cuidado de crianças e adolescentes. Isso não significa, no entanto, que os problemas foram resolvidos. A história da criação do abrigo Lar Betel, em Cocalzinho de Goiás é emblemática dos dilemas que permanecem, assim como da incerteza de futuro para seus jovens moradores.

Marcelo? Mauricio? - nomes fictícios. Ninguém é tão confundido no Lar Betel como os gêmeos, que chegaram lá em 10 de maio de 2004, dia do aniversário dos dois. Eles comemoraram seis anos de idade, mas na verdade estavam completando cinco – como mais tarde comprovou a segunda via da certidão de nascimento. Até hoje eles fazem confusão com a idade, e se apresentam com um ano a mais do que de fato têm.

Os irmãos foram retirados das ruas de Cocalzinho, onde haviam sido abandonados pela família. Talvez daí tenha vindo a falta de referência quanto à idade. O relatório assinado pelo Conselho Tutelar da cidade relata o que foi dito por uma mulher chamada Enérica, que teria sido procurada em Cocalzinho pela mãe dos garotos. Enérica teria aceitado cuidar deles por uma semana, mas a mãe desapareceu e eles acabaram ficando com a babá por dois meses. Não é explicado no relatório o que aconteceu entre esse momento e a descoberta dos meninos em estado de abandono, mas consta que eles foram encontrados “passando fome, sem roupas e sem higiene pessoal.”

Também está registrado que os dois são naturais de Jaraguá (GO) e que a avó deles foi localizada, mas se recusava a cuidar dos netos. Ao Conselho Tutelar de Jaraguá, ela teria dito que não era a primeira vez que a mãe dos meninos fazia algo parecido, e que

gostaria que a Justiça tomasse as providências necessárias. Ela hoje visita os netos em torno de três vezes por ano.

“Eles chegaram parecendo uns bichos. Parecia que nunca tinham visto comida na vida”, recorda Marleide, mãe-social dos garotos. Agora saudáveis e educados, os dois parecem cópias – a não ser pelo topete de Marcelo (ou seria Maurício?) – e falam pelos cotovelos.

“NÃO QUERO VOLTAR” | A interna mais jovem do Lar Betel é a pequena Débora – nome fictício –, de apenas cinco anos. Ela foi internada no dia 16 de março de 2009, após ser encontrada pelo Conselho Tutelar de Cocalzinho de Goiás em situação de risco.

A mãe da menina, Julia, tinha problemas com bebida, e mais de uma vez foi flagrada completamente alcoolizada com a filha. No pedido de abrigamento, um funcionário do Conselho Tutelar relatou que Julia foi encontrada próxima a um rio da cidade, sem condições de retornar para casa “pois estava incapaz de andar por estar muito bêbada”. No dia seguinte ao incidente, o conselho encontrou Julia num bar, juntamente com Débora e duas adolescentes. Ela foi orientada a não levar a filha para ambientes impróprios, mas Julia não deu ouvidos e ainda teria provocado o conselheiro, dizendo que “nem o Conselho nem a Justiça impediriam ela de fazer o que quisesse com a filha”, segundo consta do relatório do Conselho Tutelar.

Poucos dias depois, o Conselho Tutelar recebeu uma denúncia anônima de que Débora estaria sofrendo maus tratos, e que a mãe, “além de bater, lhe dava cerveja e outras drogas, como roupinol”, diz o termo de abrigamento da menor, que pede o internamento da garota como medida de proteção.





Débora foi internada após ser encontrada em situação de risco

Como era a fazenda Cocoliche no final da década de 1960, que foi descrita como um campo de concentração.

Débora mora na mesma casa-lar de Marcelo e Maurício. Marleide de Carvalho, mãe-social dos três, conta que a mãe da menina trabalhava num bar e deixava a filha sem cuidados enquanto atendia os clientes. “Ela ficava brincando entre as mesas de sinuca do bar, e os homens bebendo por perto”, afirma. Marleide lembra que Débora chegou ao lar bastante suja e assustada: “Ela não era bonitinha assim, não. Ela não comia direito,

vivia na rua. Agora já engordou.”

No lar, Débora se diverte com os amigos. “Aqui eu posso brincar em paz, assistir TV, ensaiar no coral. É divertido”, diz ela. Mas se o assunto é voltar pra casa, ela é direta: “Gosto daqui, não quero voltar pra casa, não. Se eu voltar, minha mãe vai beber de novo.”

A mãe não se conformou em ficar longe da filha. Marleide conta que, logo depois da internação, Julia tentou levar a menina de

Cacá Soares

CASARÃO DO COCOLICHE – Em seu quarto, o diretor tinha uma cama especial com sete colchões, onde dormia cada noite com um menino

ARENA – Aqui, crianças eram mantidas sem comida ou bebida sob o sol do dia inteiro. Um dos adolescentes ficava de vigia com um chicote

PÁTIO – Rengijo mandava os meninos deitarem no chão e batia (ou mandava baterem) usando chicotes e cassetetes

“**PRECISAMOS DE UM PROJETO CIVILIZATÓRIO, NO QUAL A FAMÍLIA TEM QUE APRENDER A DAR LIMITES COM AMOR, COM CARINHO, COM RESPEITO, DISCIPLINA E DIGNIDADE**”



VICENTE FALEIROS, SOCIOLOGO



Cozinha – O prato comum era macarrão estragado. Enquanto isso, comida de qualidade vinda de doações mofava em um depósito

Tronco – As crianças pediram que a árvore ao lado fosse derrubada, porque o diretor costumava amarrá-las ao tronco para castigá-las

Alojamento – Meninos e meninas dormiam juntos em péssimas condições. Algumas camas eram divididas por até cinco crianças

Poço – Os internos lavavam as próprias roupas e tinham que levar água para a cozinha em baldes

volta sem autorização do juiz. “Ela chegou a agredir o pastor, que teve até que chamar a polícia. Mas agora ela tá mais calma”, conta a funcionária do abrigo.

O sociólogo Vicente Faleiros, da Universidade Católica de Brasília, explica que os abrigos são buscas de refúgio para situações de violência e pobreza – geralmente quando as famílias estão numa situação de dificuldade financeira – e devem ser acionados apenas em última instância, quando todas as alternativas de reinserção familiar forem esgotadas. “O ideal é que se fique pouco tempo em um abrigo, mas em boas condições. Geralmente o que acontece é justamente o contrário”, afirma Faleiros.

No caso do Lar Betel, a boa infraestrutura encontrada hoje contrasta com o triste passado do abrigo Cocoliche.

DENÚNCIAS CONTRA O COCOLICHE | Em 1968, um peruano chamado Alfredo Enriquez Gutierrez Rengijo, de 26 anos, fundou na área rural de Luziânia (GO) um abrigo para crianças com o nome de Centro Operacional Cristão, Obra Luminosa Internacional, Caridade do Homem Espiritual – que ficou conhecido pela abreviatura Cocoliche. Em pouco tempo, ele próprio passou a ser chamado pelo nome do lugar. O trabalho, que começou com dez crianças, já reunia 50 meninos e meninas logo no segundo ano de existência.

Após nove anos de funcionamento e diversas denúncias de irregularidades – entre elas torturas e abuso sexual – a Polícia Federal prendeu o diretor da instituição. Ronaldo de Carvalho, hoje diretor de Disciplina e Pessoal do Lar Betel, foi uma das crianças atendidas no Cocoliche à época. Aos sete anos de idade, ele foi levado para lá pela mãe, que era empregada doméstica e não ganhava o suficiente para sustentá-lo.



O passado de trabalho forçado no antigo Cocoliche

Na época, o jornal goiano *5 de Março*, descreveu o local como um campo de concentração em Goiás. A imagem evocada por Ronaldo reforça a comparação. “A gente vestia uma coisa que não era bem uma camiseta. Era um saco que você veste e corta dois buracos e faz uma gola. E tanto as meninas quanto os meninos usavam cueca e tinham a cabeça raspada”, descreve Ronaldo.

As crianças, mais de 130 no total, foram amparadas pelo pastor da Igreja Presbiteriana Ernesto Swartele. Ele ficou sabendo do caso por meio de um membro da sua congregação e se ofereceu à Polícia Federal como voluntário para assumir as crianças e ajudar a encontrar seus pais. “No dia seguinte, a polícia já me procurou. Eles disseram que tinham acabado de prender o homem e iriam me levar pra assumir a liderança do abrigo”, conta o pastor, que após assumir as crianças criou uma nova instituição e até hoje está à frente do projeto.

O delegado Luís Clóvis Anconi, então chefe da extinta Divisão de Polícia Marítima, cuidou do processo de deportação de Alfredo Rengijo. Essa divisão da PF era responsável pelos casos de estrangeiros irregulares no país.

O peruano ainda tentou permanecer no Brasil, mas o prazo para regularizar seus documentos havia expirado muito tempo antes.

“Ele trabalhava com as crianças pressupondo a regularização, mas isso não aconteceria porque a PF em Goiânia recebeu a denúncia de que ele não tratava bem das crianças e as privava de algumas coisas”, afirma o delegado aposentado. Depois da extradição, não se teve mais notícias do peruano.

Trinta e cinco anos depois, o Lar Betel atende em média 180 crianças e adolescentes carentes, em situação de risco ou privados da convivência e do apoio dos pais ou responsáveis, por morte, abandono, desestruturação familiar ou falta de condições materiais. As crianças recebem alimentação, vestuário, educação formal e demais tratamentos de saúde necessários.

A fazenda, que hoje abriga a entidade, assim como todos os recursos que ela possui, resultam de doação. O lar já chegou a abrigar mais de 300 crianças simultaneamente. Mais de dois mil já passaram pelo orfanato, e 80% do quadro de funcionários é composto por ex-internos.

Os abrigados do Lar Betel têm escola com ensino básico e fundamental, e os mais velhos vão de ônibus a escolas de Cocalzinho para cursar o ensino médio. O local é amplo e bem cuidado, há um rio na propriedade, além de horta e animais.





“ O BETEL É UM
ÓTIMO LUGAR, MAS
NÃO QUERO MEUS
FILHOS EM UMA
INSTITUIÇÃO ”

RONALDO, DIRETOR DE
DISCIPLINA E PESSOAL DO LAR BETEL

ABRIGO NÃO É SOLUÇÃO | A professora da UFG Diane Valdez avalia que os abrigos não são a solução para o problema. “Não adianta pensar que essas instituições sozinhas vão resolver o problema”, afirma.

De acordo com o sociólogo Vicente Faleiros, o ECA é uma lei muito avançada para uma sociedade que muda muito lentamente. “Na prática o que vemos ainda é um modelo de sociedade repressora. O que predomina é a obediência, a submissão, a violência”, afirma Faleiros. Ele enfatiza que há necessidade de mudança desse ciclo de violência familiar. “Precisamos de um projeto civilizatório, no qual a família tem que aprender a dar limites com amor, com carinho, com respeito, disciplina e dignidade. Esse aprendizado é lento, é preciso envolvimento de todos, sociedade, governos e instituições”.

MENOR TEMPO POSSÍVEL | A decisão sobre o destino de todas as crianças e adolescentes do Lar Betel vem do juiz de direito da comarca em que o abrigo se encontra – a de Corumbá de Goiás. Atualmente, esse cargo é ocupado pelo juiz Levine Raja Gabaglia Artiaga. “A meta é sempre retornar os menores aos seus familiares, desde que as condições de segurança e garantia dos direitos deles sejam

preservadas. A permanência de menores nos abrigos deve ser pelo menor tempo possível”, completa o juiz.

Infelizmente, “menor tempo possível” muitas vezes acaba sendo tempo demais. A maioria dos internos está abrigada no Lar Betel há pelo menos dois anos, muitos deles sem qualquer perspectiva de sair antes de completar 18 anos. Uma alternativa, como afirma o juiz Levine, seria a adoção, mas dificilmente aparecem famílias interessadas. “Geralmente não temos famílias candidatas para crianças com mais de dois anos. As crianças portadoras de necessidades especiais, infelizmente, também são rejeitadas pela sociedade”, afirma o juiz.

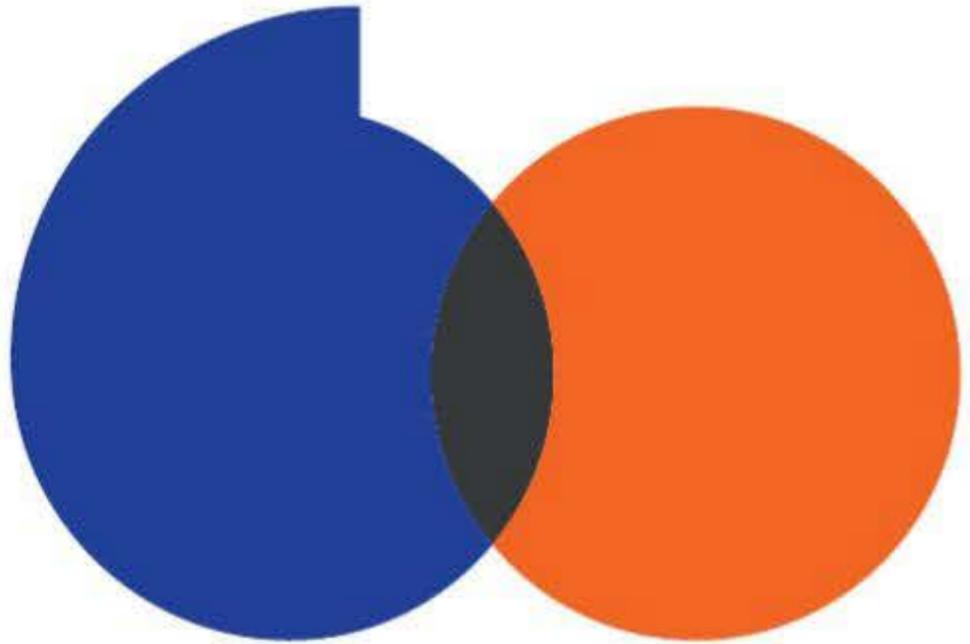
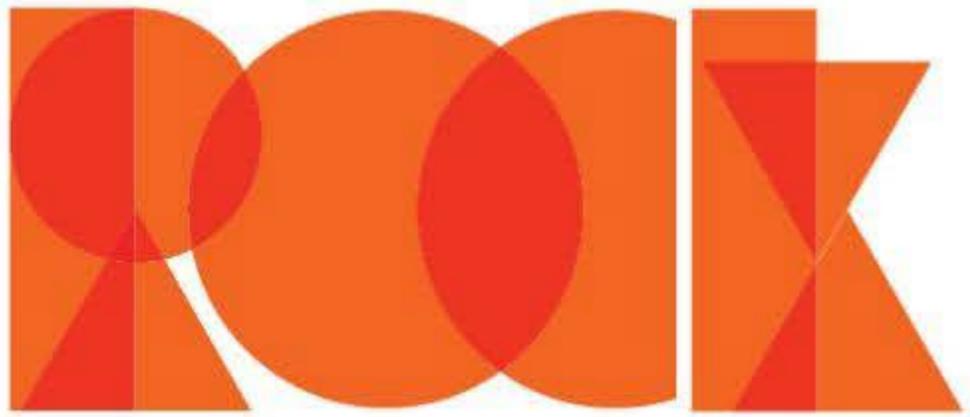
Apesar da diferença entre os papéis desempenhados pelo juiz Levine e Ronaldo, no que se refere ao cuidado com as crianças, ambos compartilham da mesma opinião: reconhecem a importância do abrigo, mas acreditam que lugar de criança é com a família.

Mesmo tendo vivido praticamente a vida toda no Lar Betel, o diretor de disciplina do abrigo não tem dúvidas sobre o que quer para seus dois filhos, Rafael e Renan. “O Betel é um ótimo lugar, mas não quero colocá-los numa instituição”, afirma. “Não quero que aconteça com eles o que aconteceu comigo.” ❖

Acima,
Ronaldo e seu
filho Rafael no
lar Betel, 2009



ALMANAQUE



TEXTO Bruna Sensêve
FOTOS Acervos pessoais
DIAGRAMAÇÃO Júlia Libório
DIREÇÃO DE ARTE Neno

NO ANO DE 1954, o então presidente da República Café Filho convidou o marechal José Pessoa para ocupar a presidência da Comissão de Localização da Nova Capital Federal. A Comissão foi a responsável pela escolha do Sítio Castanho, entre os rios Preto e Descoberto, como o local definitivo. Lá seria erguida a cidade sob o nome de Vera Cruz.

EM 1955, durante um comício na cidade goiana de Jataí, o candidato à presidência Juscelino Kubitschek foi questionado por um eleitor se cumpriria o que a Constituição Federal determinava e transferiria a capital do país para o interior. Ele respondeu que sim.

SOBRE O NATAL DE 1958, um jornalista escreveu: "Poucos ficaram em Brasília além dos candangos, milhares sem condições de viagem. Aos funcionários mais categorizados as firmas construtoras e a Novacap facilitaram tudo: ônibus, caminhões e aviões especiais..."

EM 5 DE JULHO DE 1954, nos estúdios da Sun Records, um músico aspirante arriscou uma levada mais rápida de uma quarta música não programada. A perfeita junção entre as principais vertentes da música branca e negra, blues e country. Elvis é responsável pelo marco zero da história do rock com *That's all right* e *Blue moon of Kentucky*.

NO ANO DE 1955, *Rock around the clock* se tornou *Ronda das horas* na voz de Heleninha Silveira, lançada pela gravadora Odeon. A mesma música, que foi estouro de vendas nos Estados Unidos, ganhou um espaço em uma apresentação cover de Nora Ney no Brasil.

EM 1958, apareceram no país jovens artistas que iniciariam e disseminariam o rock para o Brasil, principalmente na figura dos irmãos Tony e Celly Campello e a gravação de *Forgive me* e *Handsome boy*. As letras eram em inglês, mas as composições eram nacionais.

EM ABRIL DE 1960, Brasília tornou-se a capital da República Federativa do Brasil, inaugurada pelo presidente bossa nova, Juscelino Kubitschek. O que muitos desconhecem é que o rock'n'roll nasceu junto com a cidade moderna. E os novos moradores do Planalto Central já balançavam com o surgimento dessa febre mundial.

SHAKE IT BABY NOW!

Entre os candangos, o que realmente fazia sucesso eram as bandas de baile e os grupos de dublagem. Isso mesmo, não ache que leu errado. O que parece quase absurdo hoje em dia, era muito comum e popular pela cidade. Alguns performáticos moradores de Brasília se vestiam com toda a pompa e pose “rock’n’roll iê-iê-iê” e se apresentavam em programas de televisão como *Eles cantam assim*, da TV Nacional, e *Como eles cantam*, da TV Brasília. Eram dublados clássicos do doo-wop, rock’n’roll e twist. Para os que brigam contra o playback e lutam em defesa da música autoral, aí que a história fica ainda mais interessante: os grupos de dublagem foram os responsáveis por alavancar a formação das primeiras bandas de rock de Brasília. Harry Jones e Seu Conjunto, pioneiro da dublagem, contava com Everardo, que posteriormente integraria as bandas autorais The Weep’s e Os Primitivos. Eldir e Carlos Alberto, que também formaram grupos de dublagem, se tornariam integrantes de Os Infernais. O vocalista Castelo depois integrou Os Quadrados. Laudir, líder de Os Cometas, tornou-se membro do grupo Os Santos.



Harry Jones e
Seu Conjunto

RAULINO E SEUS BIG BOYS | A banda mais parecida com as orquestras tradicionais foi a primeira a trazer os clássicos do rock'n'roll do início dos anos 60 para o repertório. Se apresentava em bailes de clubes e festas da cidade suprimindo a necessidade de grupos jovens voltados para o estilo.

HARRY JONES E SEU CONJUNTO | Foi um dos pioneiros dos grupos de dublagem e cover do The Platters. Formado em 1958, com Leda, Júnior, Carlinhos, Pedro, Everardo e Jesiel Motta. Eles se apresentavam em concertos e programas de televisão. Ganharam prêmios de melhor conjunto dos anos 60 em Brasília. Jesiel Motta era o líder do grupo e foi também um dos primeiros cantores profissionais de Brasília, inclusive gravando alguns álbuns solo.

DOO WOP | Na época conhecido como "vocal group harmony", o doo-wop é um estilo musical baseado no rhythm'n'blues e originário da música gospel negra americana da década de 40. Tornou-se popular nos Estados Unidos nas décadas de 50 e 60. Sua principal característica é a ausência de instrumentos, superada com um backing vocal harmônico e suave. Os cantores imitavam os instrumentos com a boca e se revezavam em cada parte da canção. No Brasil é representado por grupos como Golden Boys. O estilo perdeu popularidade com a ascensão do rock'n'roll nos anos 60.

I WANNA HOLD YOUR HAND

Então surgiram The Beatles na Inglaterra e a Jovem Guarda no Brasil. Foi mais que o suficiente para impulsionar as bandas de baile e dublagem a tentar algo diferente. Em 1964, surgiria a banda que viria ser a mais bem-sucedida: Os Primitivos, seguindo a melhor linha beatle à la "Liverpool sound". No mesmo ano vieram Os Infernais, que faziam um rock instrumental baseado nas bandas de rock'n'roll americanas. Foram seguidos de Os Reges, em 1965, que incorporou a Jovem Guarda brasileira. As três bandas vieram a formar a primeira tríade do rock brasillense. Depois, no início dos anos 80, ainda surgiriam Legião Urbana – Plebe Rude – Capital Inicial, pilares do rock brasiliense que deram visibilidade nacional à produção musical da cidade.

Os Primitivos



Os PRIMITIVOS | O nome não nega, a banda foi uma das pioneiras do rock na cidade. Faziam parte da formação original da banda: Carlos Alberto nos vocais, Edson Sampaio e Luiz Felipe nas guitarras base, Everardo na bateria, George na guitarra solo e Armandinho no contrabaixo. Foi em um apartamento vago do pai de Armandinho que o grupo começou a ensaiar. O destaque estava nos vocais de Carlos Alberto, o crooner da banda (como era chamado o vocalista na época). Como um fã inveterado dos Beatles, Carlos tinha inglês afiado. Quesito vital para uma banda que “estreou” tocando clássicos como *Help* e *Ticket to ride* no programa *Passarela de Sucessos*, na TV Brasília. O show era uma espécie de concurso que elegevia a melhor banda de rock da cidade. Os Primitivos saíram vencedores.

- **1967** | Após um teste com a gravadora Polydor, no Rio de Janeiro, Os Primitivos voltavam à capital fluminense para gravar aquele que seria o primeiro registro de um grupo de rock brasileiro. *Os Primitivos no lê-lê-lê* faz uma releitura de clássicos folclóricos nacionais e internacionais estilo beatle/jovem guarda e ainda inclui uma canção autoral, *O gato*, parceria de Carlos Alberto e Edson. A passagem pelo Rio de Janeiro também gerou frutos como apresentações em programas de TV locais e nacionais, entre eles: *Festa do Bolinha* e *Símbolo*, na TV Rio, *I Love Lúcio*, na TV Tupi, e *Chacrinha*, na TV Globo, e outros.
- **1969** | De volta a Brasília e frente à pressão dos pais com relação a estudos e trabalho, o grupo começou a balançar. Separaram-se nesse ano, sendo que alguns ainda se mantiveram, por algum período, no circuito de bandas de bailes.

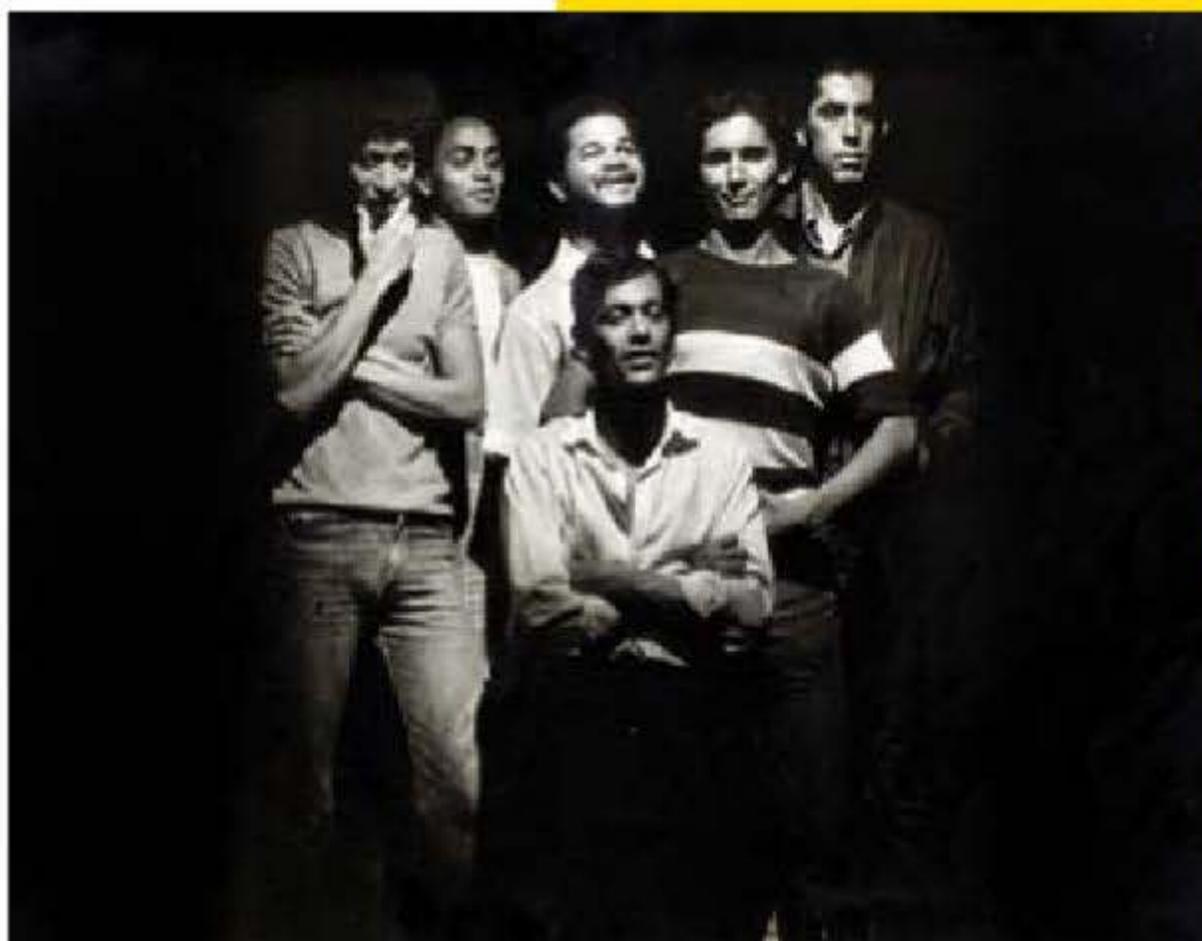
Capa do primeiro disco da banda Os Primitivos



Os REGES | Um dos pioneiros do rock em Brasília, o grupo de Jovem Guarda foi formado em 1965. O nome foi escolhido inspirado nas letras iniciais dos nomes de seus integrantes: Reinaldo, Edson Vitorino, Gualberto, Edson e Segóvia. Alcançaram o auge ao ter o próprio programa de televisão chamado *Os Reges*, na TV Brasília. Nele, a banda convidava músicos para se apresentar com eles em cerca de uma hora de show. Muitas vezes foram escolhidos em festivais como o melhor grupo da capital. Também tiveram uma segunda formação que contava com Eldir e Niepce, ex-Infernais e Fantásticos. Pararam de se apresentar em 1967. Deixaram gravados apenas quatro videotapes.

Os QUADRADÕES | Antes de Os Quadrados, Castelo (vocal) e os irmãos Ribamar (guitarra solo) e Arimatéia (contrabaixo) se denominavam *Os Continentais*. Originários de Taguatinga, os músicos começaram a se encontrar para tocar em meados de 1967.

A formação original da banda ainda contava com Nélio (bateria), Ari (guitarra base), Baixinho (saxofone) e Vicente (piston). Gravaram o primeiro disco independente da cidade, produzido por Edson Vitorino, em 1968, num estúdio conhecido como PR Estúdio. O lançamento só aconteceu em 1969. Participaram do álbum Mário Lúcio e a cantora Wandinha. O disco trazia canções conhecidas com novos arranjos e algumas composições autorais, com destaque para *Ao entardecer*, dos irmãos Clodo e Clésio, e *Prosa e Verso*, de Climério, que chegou a fazer parte da trilha sonora do filme *A difícil viagem*, de Geraldo Moraes. Eles se apresentavam em bailes e festas de 15 anos, tocando Jovem Guarda e rock internacional. Um ano após o lançamento do disco, Castelo saiu da banda que passou a se chamar Corrente de Força. Posteriormente, já em São Paulo, tornaram-se o Placa Luminosa, banda que retomou suas atividades recentemente, com o lançamento do álbum *Beleza que se espalha* (2007).



Os
Quadrados

Os INFERNAIS | Com um estilo um pouco diferente das demais bandas, pelo menos inicialmente, Os Infernais tinham um repertório voltado para o rock instrumental. Foi formada em 1965, com Eldir Coelho no baixo e vocal, Lincoln Carvalho na guitarra solo, Niepce Storni na guitarra base e vocal, George Delanou no contrabaixo e Carlos Cesar na bateria. Com a chegada dos Beatles, eles também se renderam a executar os hits dos Fab Four. No ano seguinte, o guitarrista Lincoln se viu sozinho na banda e em busca de novos integrantes. Os outros quatro membros do grupo deixaram Os Infernais para formar Os Fantásticos. Foi com essa formação que no mesmo ano, pelo selo Paladium, gravaram um compacto com *Estou na solidão/No Milk Today*, dos Herman Hermits, e *Ao amor distante*. Como os outros grupos da época, Os Infernais também passavam por programas de televisão, bailes e shows. Curiosamente, o grupo, que deixou de tocar em 1966, retornou aos palcos em 1992 com os membros da primeira formação: Eldir, Lincoln e Niepce, além do baterista Ronaldo Lima. Chegaram a se apresentar no late Clube e há quem diga que até hoje se reúnem para arranhar sucessos de Elvis, The Beatles e da Jovem Guarda.



Os Infernais

Os Infernais



THE GOOD BOYS/ ELSON E THE GOOD BOYS/ EL-SON 7

- **1963** | O grupo surgiu na cidade-satélite de Taguatinga com o nome de The Good Boys. Teve duas formações diferentes. A primeira contou com Luiz na bateria, Nivaldo na guitarra solo, José Carlos no vocal e mais um integrante na guitarra base. Em um segundo momento, Francisco Carmo assumiu a guitarra solo e Aloísio Pestinha, o contrabaixo. Foram também integrados Nildo no saxofone e Eurípedes no acordeon.
- **1967** | A convite de José Carlos e Luiz, o saxofonista mineiro Elson passou a integrar a banda que, a partir daí, trocou seu nome para Elson e The Good Boys. Nessa nova fase juntou-se ao conjunto um novo guitarra solo, Mozart.
- **1968** | Nesse ano entraram para a banda Wilson na marimba e Taqui no vocal e o grupo passou a se chamar El-son 7. Alcançaram certo sucesso de público acompanhando artistas como Eliana Pitman, Elis Regina, Roberto Carlos e Wilson Simonal em shows pela cidade, chegando a dividir um espetáculo no Hotel Nacional com Sérgio Mendes.
- **1969** | O El-son 7 se divide em dois. Luiz, Elson, Mozart, Eurípedes, Wilson e Taqui continuam no grupo que conta com novos integrantes: Dimas e Taqui no vocal junto a Fred no contrabaixo. Aloísio Pestinha e José Carlos saem da banda e formam o Migs.
- **1972** | Gravam o terceiro álbum de rock da cidade, *Brasília Jovem... EL-SON 7*.
- **1974** | Morre Elson em um trágico acidente de moto em Brasília. Sem o saxofonista tenor que dava nome ao grupo e após a troca de outros integrantes, passam a se chamar Squema Seis. Em atividade até hoje por bailes e festas da cidade.



LP Brasília
Jovem ...
EL-SON 7.

ELSON foi um saxofonista mineiro que começou a trajetória musical em Vazante, Minas Gerais. Tocava acordeon nas folias de reis. Em 1966 comprou seu primeiro sax alto e foi para Patos de Minas aprender o instrumento com Raulino, da banda Raulino e seus Big Boys. O mesmo Raulino foi quem o indicou para fazer parte da banda The Good Boys. Outra curiosidade é que seu nome registrado em cartório era Herson e não Elson, como mais tarde ficou conhecido.



Os Mig's

E NÃO FOI SÓ ISSO... |

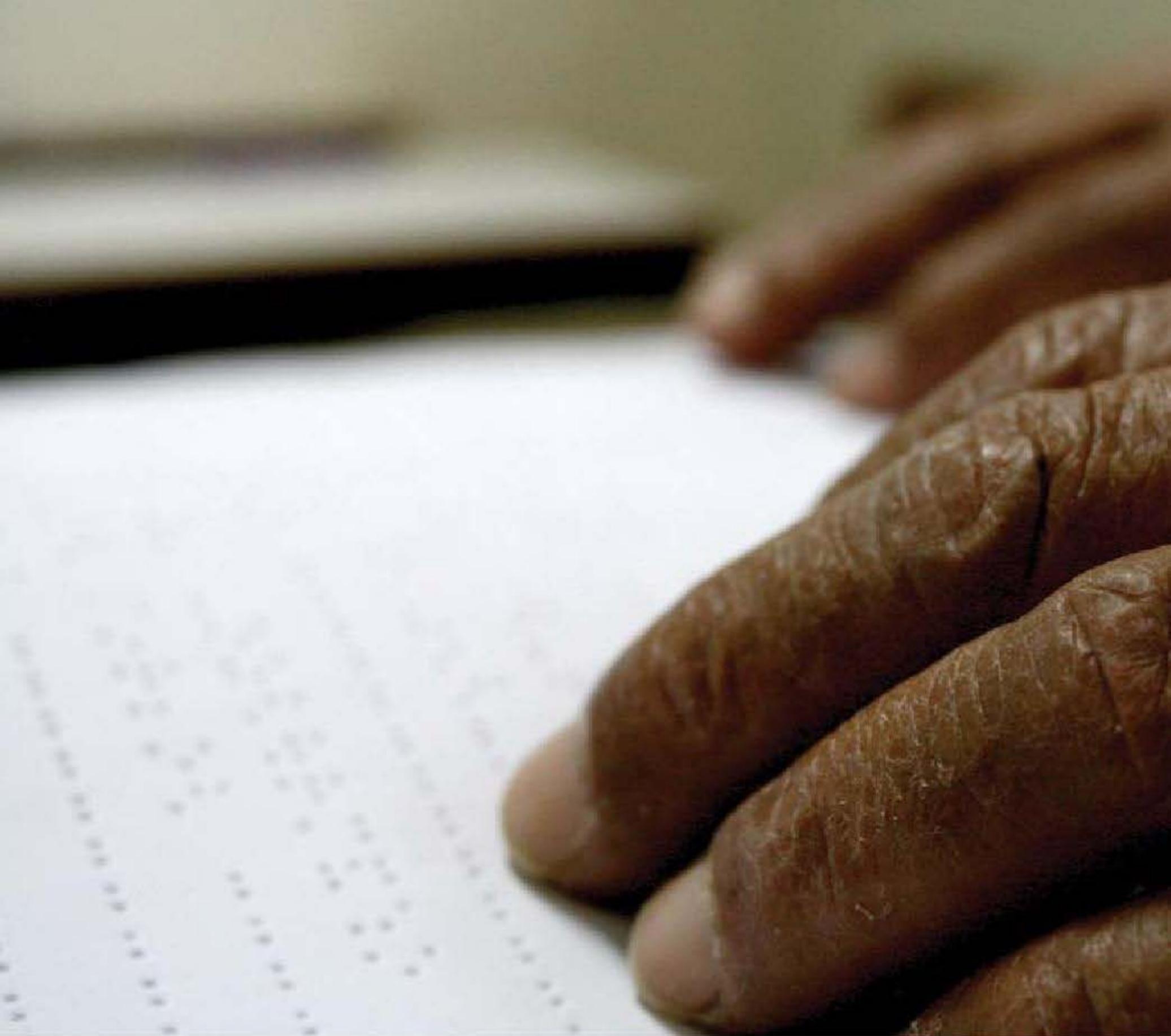
- Os Mig's foi uma banda que surgiu por volta de 1967 e era famosa por promover shows com garotas *a go-go* bem coreografadas no palco.
- Em 1969 aconteceu o primeiro festival de música da UnB. Quem saiu vencedora foi a cantora Marlui Miranda. Os irmãos Clésio e Climério chegaram a ser classificados com a música *Rosa Faceira*, mas não ganharam.
- Nessa época também surgiu The Cheyenes: o primeiro grupo da cidade formado apenas por mulheres. ❖



Enxergando O invisível

Eles aprendem a enxergar com as mãos. Conhecem o mundo e as pessoas pelo toque e transformam o tato e os outros sentidos em visão. Sons também os guiam. Precisam estar atentos ao que cada ruído e outros sinais indicam. A imaginação é a principal parceira e os acompanha 24 horas por dia. Os obstáculos existem e são muitos. O simples ato de assistir televisão ou um filme no cinema incomoda. Para diminuir essas barreiras que a ausência de visão criou, uma solução foi encontrada, a audiodescrição.

TEXTO Patrícia Banuth | Marina Marquez
FOTOS Ellen Galvão (1 e 6) | Isabela Horta
DIAGRAMAÇÃO E DIREÇÃO DE ARTE Maurício Chades



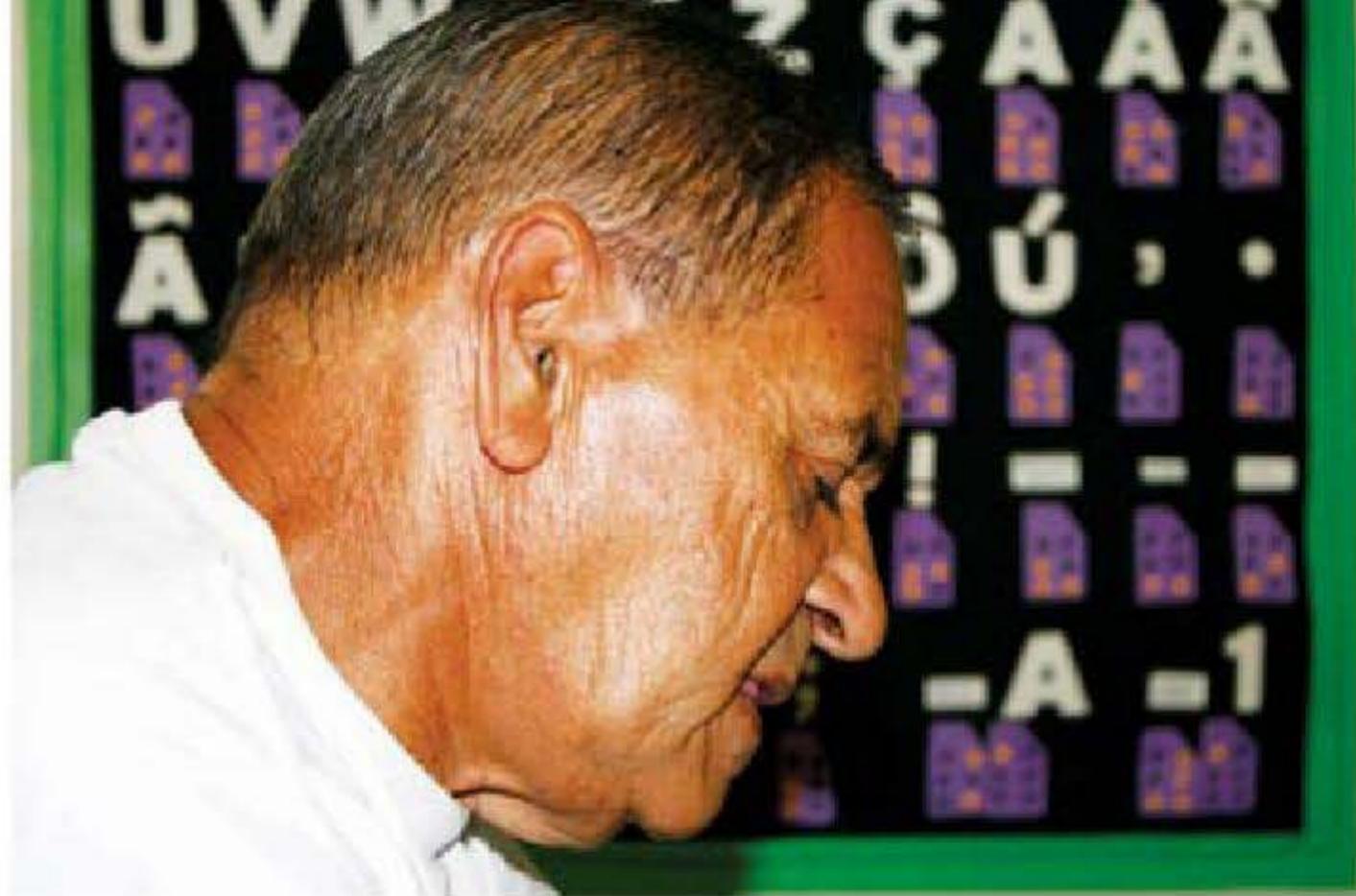
Na ausência da visão, os outros sentidos, especialmente o tato e a audição, exercem a função dos olhos para 16.644.842 brasileiros que, segundo dados do Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não conseguem enxergar parcial ou totalmente. Destes, aproximadamente, 148 mil são cegos e cerca de 2,4 milhões enxergam com grande dificuldade. De acordo com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, 60% dos casos de cegueira no país poderiam ser evitados com tratamentos preventivos e socorro médico ágil. Mas não são. Mais que um problema congênito, a cegueira se tornou uma das doenças da pobreza.

“A cegueira é um problema social. Não só

pela questão da renda, mas por estar ligada diretamente ao conhecimento ou falta dele”, diz o oftalmologista Flávio Aranha, do Hospital Universitário de Brasília. Dos 50 milhões de cegos que se estima existir no mundo, hoje, 90% moram nos países em desenvolvimento. São obrigados a se adaptar e a aprender a viver no mundo dos que veem cores, movimentos e formas.

Alguns já nasceram sem poder ver como é a face de seus pais, a forma de um elefante, uma maçã, o sol, uma flor. Com a ajuda e paciência dos familiares e educadores, criam, mentalmente, a imagem de cada objeto, cada pessoa. Outros perderam o precioso sentido da visão por um infortúnio da vida. “Eu tive

O Sistema Braille possibilita que mais de 16 milhões de brasileiros leiam e escrevam



“ COMECEI A FAZER AULAS DE BRAILLE. EM UMA SEMANA EU JÁ SABIA O ALFABETO E EM UM MÊS COMECEI A LER E A ESCREVER ”

WILSON BONFIM

um tumor que comprimiu o nervo ótico. Em 2005, eu ainda enxergava um pouco com o olho esquerdo, mas tive endocefalia. Foi quando acabou o resto da visão. Não vejo mais nada. É tudo escuro. Mas tem hora que eu vejo uma claridade. Quando Deus quer me dar uma cor, aí eu vejo”, conta Cristiane Regina de Oliveira Camargo, 40 anos, deficiente visual há 20.

Vítima de glaucoma, doença responsável pela maioria das cegueiras que poderiam ser evitadas, Wilson Souza Bonfim, 62 anos, se emociona ao falar de sua deficiência. “Eu nunca pensei que iria ficar cego. Até meus 56 anos tinha uma visão ótima. Eu dirigia, trocava de habilitação de quatro em quatro anos sem nenhum problema. Em um ano, aconteceu isso. Não vejo mais nada”, lamenta.

O glaucoma é uma doença no nervo ótico, na qual o aumento da pressão no globo ocular leva a prejuízos na visão. Ela atinge 8% da população brasileira e, na maioria dos casos, pode ser tratada apenas com o uso de

colírio. “O glaucoma é uma doença que não tem sintomas. Se a pessoa não frequenta o oftalmologista pelo menos uma vez por ano, quando percebe, já está com 90% de perda de visão. No entanto, são raríssimos os casos que, descobrindo na hora certa, a pessoa tem prejuízos”, explica o oftalmologista Aranha.

A BRASÍLIA QUE NÃO VÊ | No Distrito Federal, segundo o último levantamento do IBGE, em 2000, 1.025 pessoas disseram ser cegas, enquanto 26.033 afirmaram ter grande dificuldade de enxergar.

Para atender as pessoas com necessidade de aprendizado diferenciado, há somente uma escola pública: o Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais (CEEDV), na 612 Sul. Há cerca de um ano, Wilson frequenta a escola. “Eu fui procurar ajuda na Associação Brasileira de Deficientes Visuais (ABDV). Lá, me perguntaram se eu era do CEEDV. Eu nem sabia da existência desse lugar. Aí fui lá para conhecer. Comecei a fazer aulas de braille e a

Vítima de glaucoma, Wilson Bonfim perdeu a visão há seis anos.



aprender as primeiras letras. Em uma semana, já sabia o alfabeto e em um mês comecei a ler e escrever. Senti que era um local muito bom, porque todo mundo tinha o mesmo problema”, conta o senhor de fala desenvolta.

Dona de uma doçura encantadora, Salete Nascimento da Silva, 57 anos, nem parece a mesma de nove anos atrás. “Quando eu perdi a visão, fiquei dois anos sem sair de casa. Aí uma colega minha procurou a assistente social e me deu muita força. Hoje, saio sozinha”, orgulha-se Salete, que teve glaucoma, acabou perdendo a visão e, hoje, também estuda no CEEDV. “Quando tomei providência, já era tarde”, recorda.

Sempre com um sorriso no rosto, Wilson busca constantemente retomar sua independência. “Eu não quero depender de ninguém. Se tivermos um suporte para fazer

tudo sozinho, a gente pode adquirir uma vida normal”, ressalva.

No Brasil, as pessoas com deficiência ainda enfrentam, no seu dia-a-dia, diversas barreiras que impedem ou limitam o acesso aos direitos sociais. O direito à comunicação, por exemplo, é assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil desde 1988. No entanto, a realidade não é a mesma para todos os que buscam informação. Muitas pessoas, apoiadas pelas poucas estruturas existentes, sentem-se desamparadas e excluídas.

AUDIODESCRIÇÃO | Para que os meios de comunicação audiovisuais sejam garantidos aos deficientes, um suporte se torna necessário. Uma ferramenta que permita a essa parcela da população a noção espacial do que eles não podem ver. Isso é o que

Depois de passar dois anos em casa, Salete Nascimento buscou ajuda e, hoje, é independente

O DIREITO À COMUNICAÇÃO É ASSEGURADO PELA CONSTITUIÇÃO. MAS MUITAS PESSOAS SENTEM-SE DESAMPARADAS E EXCLUÍDAS

a audiodescrição se propõe a fazer: dar acessibilidade a essas pessoas. “A audiodescrição é um recurso que inclui pessoas cegas e com baixa visão em produtos audiovisuais. Trata-se da descrição clara e objetiva de todas as informações que estão contidas nas imagens, mas que não estão nem nos diálogos, nem no universo sonoro do produto”, explica Graciela Pozzobon, atriz e audiodescritora.

Ainda pouco conhecido no Brasil, o recurso de acessibilidade é desenvolvido nos Estados Unidos desde a década de 1980 e foi experimentado pela primeira vez na televisão no Reino Unido, também no final dos anos 80. No nosso país a audiodescrição apareceu pela primeira vez em 2003, no festival Assim Vivemos (www.assimvivemos.com.br), uma mostra bienal que se caracteriza pela total acessibilidade das pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

Graciela Pozzobon, que estrelou o curta-metragem *Cão guia*, em 1999, interpretando uma moça cega, foi a primeira pessoa a desenvolver o trabalho de audiodescrição no Brasil, durante o festival. “Nós procuramos alguém que já tivesse mais experiência, mas não havia. No primeiro momento eu fiquei assustada. Comecei a fazer de uma maneira intuitiva, me reunindo com as pessoas no final das sessões para me darem um retorno,

e deu certo”, relata. A partir de então, a atriz começou a construir uma técnica que, hoje, é reconhecida internacionalmente.

De acordo com Graciela, documentários e produtos de ficção, como novelas, séries e filmes, são os que mais necessitam da audiodescrição. “Muitas coisas na ficção acontecem nos silêncios”, justifica. Ainda segundo a atriz, primeiro a obra é estudada e depois é produzido um roteiro que indica os momentos e as falas das descrições. O processo de produção e transmissão varia de acordo com a mídia. Em DVD, por exemplo, os audiodescritores fazem as gravações das falas em um estúdio e, então, os discursos são encaixados nos locais escolhidos. A audiodescrição é disponibilizada como uma faixa extra no menu, que pode, ou não, ser utilizada pelo telespectador.

Já em festivais de cinema, como no Assim Vivemos, a audiodescrição é feita ao vivo. Os atores ficam em uma cabine e a audiodescrição acontece simultaneamente à exibição do filme. As pessoas que participam da sessão podem optar por receber um rádio com um fone de ouvido que transmitirá a audiodescrição. “A exibição do filme acontece normalmente, sem nenhuma interrupção para as pessoas que estão vendo. Não é necessária que seja uma sessão especial, feita apenas para pes-

No CEEDV-DF, além de estudar, os alunos aprendem a conviver com a deficiência e participam de atividades extraclasse





soas com deficiência visual”, conta Graciela Pozzobon. Em programas de TV, nos países que já têm a técnica, o recurso é acionado por meio da tecla SAP – diretamente no aparelho de TV ou no controle remoto – e também é uma opção para o usuário.

EXPERIÊNCIA INESQUECÍVEL | Convidados a fazer um programa diferente, no fim de agosto de 2009, os alunos do CEEDV foram ao cinema. Para a maioria, foi a primeira vez que deixaram as suas casas para assistirem um filme depois que perderam a visão. A audiodescrição era uma novidade. “Reconheço o quê?”, indagava Evaldo Teixeira Pires sobre o recurso. “Não, não conheço não. Nunca ouvi falar”, revelou o homem de 36 anos, deficiente visual há oito.

Ao chegar ao Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília, local escolhido para a quarta edição do festival Assim Vivemos, a ansiedade dos deficientes visuais era grande. “A expectativa é sempre ir além. Depois que você perde a visão, você tem que tentar a cada dia superar mais as suas limitações”, disse Evaldo.

No meio de tantos que não sabiam o que os aguardava, Jucilene Cordeiro dos Santos era exceção. Dois anos antes ela tivera a oportunidade de participar do mesmo festival. “Antes, achava que não estaria vendo e não tinha o que fazer no cinema. Agora, com esses aparelhos, a gente não tá vendo, mas sabe tudo o que está passando”, afirmou, com um sorriso no rosto. “Eu achei maravilhoso. Mostra para muitas pessoas que não deve haver diferença entre um deficiente e uma



peessoa normal. A gente tem que viver igual aos outros”, opinou Jucilene.

Ao se sentar nas poltronas da sala de cinema e colocar os fones de ouvidos, a reação dos deficientes visuais era de alegria. Emocionados com a nova realidade, eles comentavam entre si as primeiras impressões. “Tô ouvindo. Estrela, espelhado de sol, momento...”, vibrava Salete. Evaldo sorria: “Legal!” Então, foi só a sessão começar que o público se envolveu nas histórias e mergulhou nas descrições das cenas.

“Você começa a interagir com o filme, como se você estivesse vendo. Tudo vai te direcionando e, praticamente, você está vendo”, constatou Evaldo. “Antes de eu ficar cego, era macaco de auditório de cinema. Mas, depois, o que iria fazer lá se não tinha nada pra eu ver?”, acreditava Wilson, antes de saber o que era a audiodescrição. “Agora, não fez diferença eu ser cego. Eu assisti o filme, compreendi o documentário. Vi como ela foi ter o primeiro bebê, como começou a doença... Eu vi tudo! Mas vi mesmo!”, emocionou-se Wilson, depois de sair da sala.

Salete sorria à toa – “Ah, eu amei, adorei! Foi uma diferença muito boa. Na televisão, a gente fica só encostado no sofá, né? E, no cinema, foi melhor, porque a gente estava com o fone de ouvido. Foi bem melhor mesmo”.

A satisfação dos deficientes visuais por terem tido contato com o recurso da audiodescrição foi tanta que todos que participaram da excursão foram unânimes em dizer que gostariam de ter mais momentos como

aqueles. "Eu queria ter mais coisas como essa, porque hoje foi bem melhor. Amei! Vou vir de novo todas as vezes que tiver. Não vou faltar por nada", disse Salete. "Se tivesse isso em todos os cinemas eu iria todo fim de semana. Mesmo na TV, às vezes, tem cenas que eu queria entender e eu não consigo. Em uma cena de beijo, por exemplo, o cara vai beijar a menina e a gente tá torcendo, mas aí a gente não sabe o que acontece. Por que em casa nós não temos também um aparelho desse?", contestou Wilson.

DEMORA QUE PREJUDICA | Em 2006, o Ministério das Comunicações publicou uma portaria na qual ficou estabelecido que os recursos de acessibilidade para pessoas deficientes, a ser implantados pelos transmissores de serviço de radiodifusão de sons e imagens e retransmissores de televisão, entre eles a audiodescrição, deveriam estar disponíveis até junho de 2008. De acordo com a portaria, a veiculação de programas com recursos de acessibilidade deveria ser obrigatória em televisões abertas em pelo menos duas horas por dia, de forma que, ao final de dez anos, 100% da programação fosse acessível às pessoas com problemas de visão. No entanto, na data em que o prazo venceu, o Ministério suspendeu por trinta dias a obrigatoriedade da audiodescrição e, desde então, reiteradamente, vem prorrogando esse prazo.

Segundo o advogado Édio Azevedo, consultor jurídico do Ministério das Comunicações, a audiodescrição não entrou em vigor porque a tecnologia da televisão brasileira ainda era analógica. "A gente quis casar o padrão digital com a audiodescrição para que não fossem feitos dois gastos. Às vezes, é melhor a gente demorar um pouco em um procedimento e colocar em vigor uma norma exequível e que, na prática, seja amplamente acessível a todos, do que ter uma norma que não serve para nada e que não consegue levar o fim adequado", justifica.

A opinião do Ministério Público Federal é diferente. Tanto que, em janeiro de 2009, a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em Brasília ajuizou uma ação civil pública contra a União para garantir aos deficientes visuais o acesso à audiodescrição na TV. "Com essa postergação, a gente sente que o Ministério das Comunicações talvez não tenha tanto interesse em implementar esse



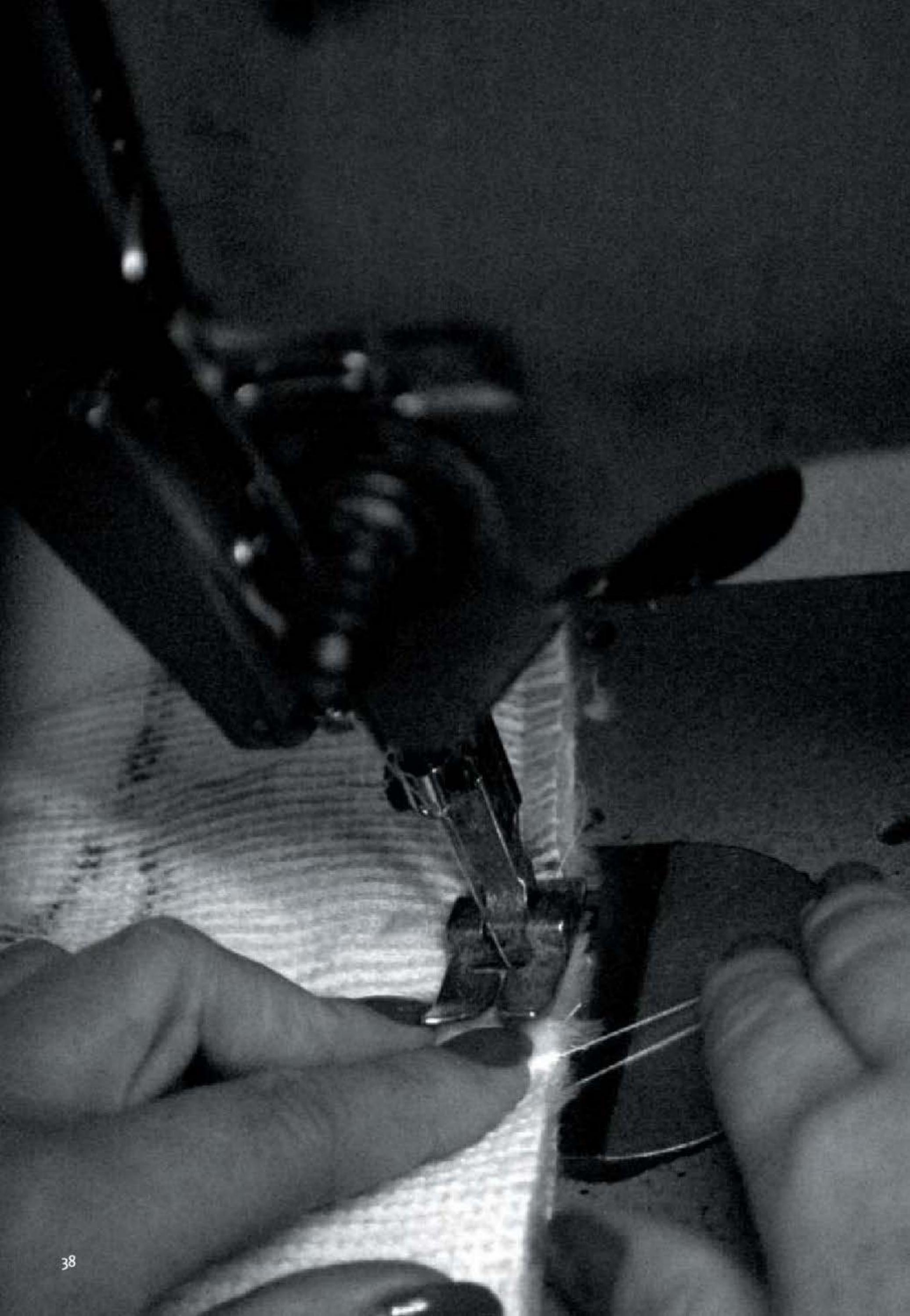




mecanismo. A ação foi necessária para tentar concretizar esta portaria”, argumenta Luciana Loureiro Oliveira, procuradora da República dos Direitos dos Cidadãos. “Nossa atuação é para acelerar esse processo e dar acesso às pessoas com deficiência à programação televisiva, que, para muitas pessoas, é um dos únicos meios de lazer”, acrescenta.

Para a professora da Faculdade de Línguas Estrangeiras, Letras e Tradução da Universidade de Brasília Soraya Ferreira Alves, que trabalha com a padronização e criação de modelos de audiodescrição, o Brasil não avançou na acessibilidade de produtos audiovisuais devido a uma série de fatores, entre eles a falta de profissionais e a não regulamentação da profissão de audiodescritor. “O governo criou a lei e depois baixou um decreto que atrasava a implantação do recurso porque não existia um manual nem a profissão estava regulamentada. É atrás disso que estou. Quero tornar esse produto possível”, revela. “É preciso colocar o assunto em pauta. Temos que criar audiodescrições para teatros, televisão e exposições de arte. Só nós podemos fazer do Brasil um local realmente acessível”, completa.

Édio Azevedo, em nome do Ministério das Comunicações, diz que o processo está andando o mais rápido possível. Ele garante que até julho de 2011 as emissoras terão, no mínimo, duas horas da programação audiodescrita. O Ministério fiscalizará a aplicação da portaria. “Em 2016 o país vai ter sinal digital e todas as cidades terão grande parte da programação audiodescrita”, ressalta. Até lá, cerca de 16,6 milhões de brasileiros com deficiência visual ficarão excluídos da experiência audiovisual e dependerão de iniciativas pontuais, como a do festival Assim Vivemos, para desfrutarem da experiência de enxergar o que não podem ver. ❖



TEXTO Felipe Néri
FOTOS Camila Bevilacqua
DIAGRAMAÇÃO E DIREÇÃO DE ARTE Mariana Veil



Mulheres

Na varanda, a vista para a Rua Carijós. A via, onde impera um amontoado de lojas de roupas, eletrodomésticos e autopeças, é um dos principais centros comerciais de Santo André. Dentro da ampla sala do segundo andar de um prédio alugado pela prefeitura, sete mulheres criam os modelos de uniforme que vendem para empresas locais e de outras cidades do ABC paulista. Metade das roupas vai ser usada por trabalhadores da indústria.

É naquela sala que elas quebram a cabeça diante da fita métrica, gerenciam as contas do mês e trabalham sem hora para terminar. “Tudo depende das nossas encomendas. Tem fim de semana que temos que ficar direto. O negócio é de todas nós, então é tudo por nossa conta, né”, lembra Sandra Fávori, presidente da cooperativa de mulheres CoopStillus, enquanto termina de costurar a calça que uma companheira de trabalho havia começado.

O lugar que elas ocupam de segunda a sexta-feira e – a contragosto da família – durante alguns sábados e domingos é, ainda, o espaço onde essas mulheres conversam sobre tudo. E trocam experiências que vão além das dicas para melhorar o trabalho. Tem uma que é quieta. Outra que conversa alto. Uma se comunica mais quando está costurando e consegue manter três conversas paralelas sem que os interlocutores percam o fio da meada. Mas nem sempre o ambiente é de paz. “O tempo fecha quando se fala em política aqui dentro”, brinca Maria Conceição Argulo, única fiel defensora do PT, partido que elas viram surgir no ABC após a greve dos metalúrgicos de 1979.

AGENTES DA MUDANÇA | No ano em que duas mulheres se apresentam como candidatas à presidência, as ex-donas de casa do ABC estão conscientes do movimento do qual fazem parte. Não tem nada de sindicalismo, mas há quem considere que foi a força dos sindicatos que intensificou a existência desse tipo de trabalho em comunidade na região. “Não se trata de uma oposição ao capitalismo, mas ao modo de produção

capitalista. Você passa a ser parte de um processo de mudança de comportamento na sociedade”, explica Durvalina Mariano, a Nina, da associação Eco Costura, também de Santo André.

Nina se refere à chamada economia solidária, princípio com que ela lida diariamente junto de outras três mulheres que fazem colchas, cobertores, bolsas e o que mais for possível com tecidos defeituosos comprados de uma fábrica. Os produtos e as quatro máquinas de costura da empresa gerenciada por elas mesmas ficam embaixo da garagem de Nina. Ao lado do ateliê de costura está a escada de 11 degraus que elas precisam subir sempre que algum sacoleiro do bairro Vila Linda chega para comprar mercadoria.

SAÍDA PARA A CRISE | A economia solidária surgiu da luta de trabalhadores ainda no século XIX, sob a forma de cooperativismo. A inspiração para o Brasil vem de casos de sucesso registrados, principalmente, na Itália e na Espanha. Aqui, este modelo que prega uma nova forma de produção, venda, distribuição e troca ganhou força no ABC paulista após a crise gerada na região a partir da segunda metade da década de 1980.

O avanço tecnológico e a saída de grandes indústrias desses municípios da Região Metropolitana de São Paulo resultaram numa diminuição de 54% no número dos postos de trabalho. Em 1989, eram 228,8 mil vagas ocupadas no ABC. O número caiu para cerca de 104 mil em 2002. As primeiras cooperativas que seguiam o princípio da economia solidária na região surgiram a partir da recuperação de empresas falidas, tendo os trabalhadores como articuladores do processo. Em seguida, vieram as iniciativas como a da CoopStillus e a da Eco Costura, que agrupavam pessoas conhecidas ou até do mesmo bairro em busca de montar um negócio coletivo.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho, hoje são mais de 21 mil empreendimentos solidários em todo o país, que empregam quase 170 mil pessoas. “Para as mulheres que são parte disso, não é apenas uma forma de gerar trabalho e

Darci Henrique
(primeiro plano)
e Eelda Bárbara.
Faturam entre
R\$ 150 e R\$ 200
por semana na
Eco Costura



renda, mas também de promover integração social”, destaca Alexandre da Silva, coordenador de projetos da Unisol Brasil (União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social no Brasil). A organização sem fins lucrativos apoia e representa politicamente 562 empreendimentos no Brasil, sendo 22 apenas no ABC.

DE EMPREGADAS A SÓCIAS | Foi em 2007 que Darci Henrique, da Eco Costura, ouviu falar em economia solidária pela primeira vez. Na época, Nina era a patroa e Darci, empregada da pequena confecção de costura. A ideia de dividir lucro e despesas igualmente entre as outras três costureiras veio da própria dona do negócio. “A Nina tem alguma coisa que a faz ser assim. A preocupação maior dela sempre foi com a comunidade”, descreve Darci.

Mas o espírito coletivo do negócio já existia desde 2000, ano em que Darci aceitou o convite da amiga para costurar no ateliê dela a partir do resto de tecidos. O ex-marido de Nina havia conseguido comprar, por um baixo preço, 12 colchas defeituosas da fábrica onde ele trabalhava como vigia. Como a casa da ex-patroa, lugar onde funciona o ateliê, está a apenas algumas ruas da de Darci, foi fácil permanecer no trabalho. Ela ia só no período da tarde, quando o casal de filhos estava na escola. E fazia questão de desligar a máquina de costura para vigiá-los na hora do intervalo do colégio.

“Minha preocupação maior sempre foi com o que eu poderia dar para os meus filhos. Vivo hoje o meu momento mais feliz por saber que eles estão bem encaminhados”, revela. O filho mais velho de Darci, hoje com 21 anos, está prestes a concluir o curso superior de Sistemas de Informação. A filha, de 19 anos, está no primeiro semestre de Publicidade e já é funcionária contratada de uma agência que fica na Avenida Paulista, na capital. O primeiro trabalho de Darci foi numa fábrica de lingerie de Santo André. O marido é operário em uma empresa de banners.





Com a moeda social *Comissaris*, a cooperativa de sabão de Dionísia ajuda a movimentar a economia do bairro

DIANTE DA GRANDE MONTADORA | A pouco mais de 10 quilômetros da Eco Costura, mas já no município vizinho São Bernardo do Campo, a história de mulheres do bairro Jardim Silvino se mistura com a própria história da comunidade. A piauiense Dionísia Rodrigues e a paulista do interior Maria de Lourdes Costa saem de manhã com um carrinho cheio de sabão e pasta de brilho para lustrar panelas. O destino são os pequenos mercados locais também integrantes da rede de economia solidária do bairro. Além de vender os produtos, elas recolhem nas casas óleo de cozinha usado, principal matéria-prima do que elas produzem na Cooperativa de Sabão Selecta.

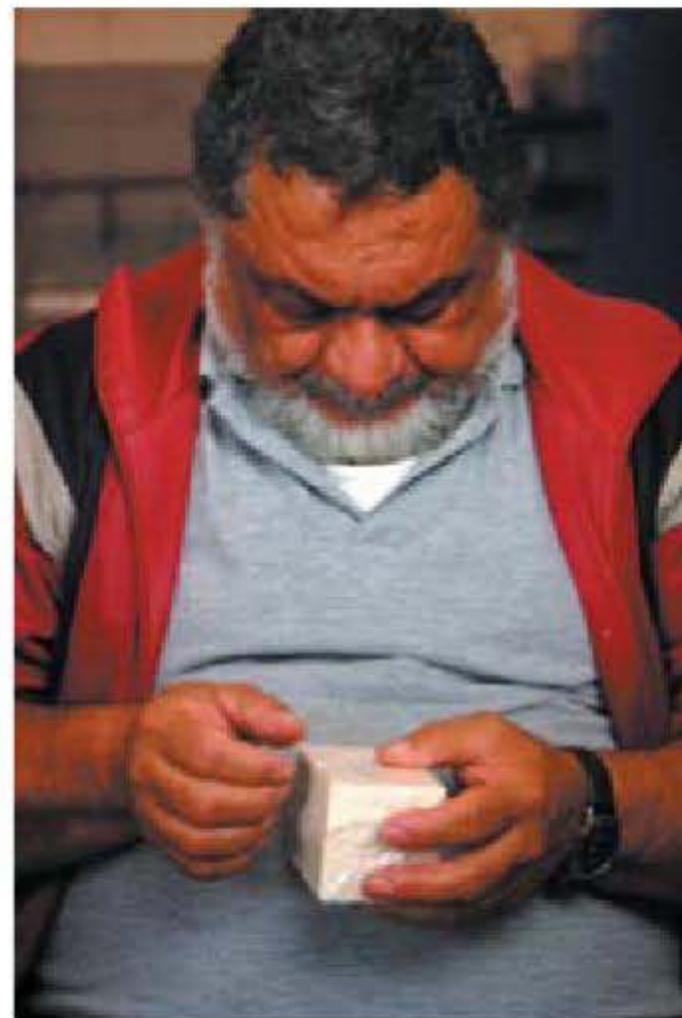
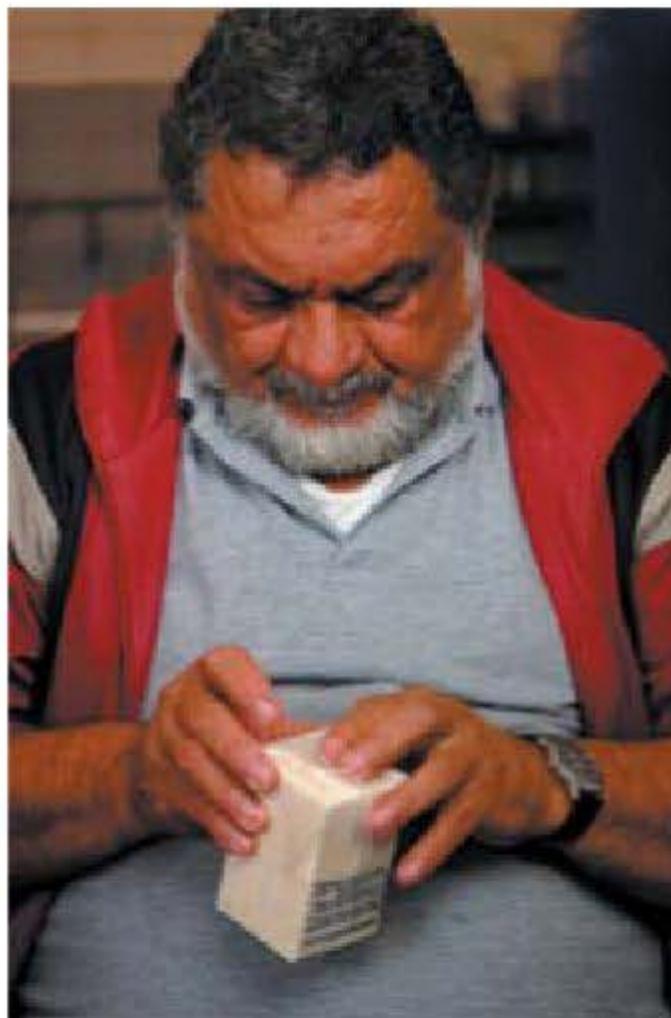
Apesar de estarem a menos de 600 metros de uma das principais montadoras do país, a Volkswagen da rodovia Anchieta, elas conseguem manter uma moeda social de troca, a *comissaris*, que só é aceita dentro de Jardim Silvino, do lado oposto ao da fábrica. “Por meio da moeda social, nós podemos fazer o nosso produto ficar aqui na comunidade e trocá-lo por outras mercadorias também daqui”, explica Dionísia, tesoureira da cooperativa de sabão. O jeito calmo de falar revela que ela perdeu o sotaque piauiense para o “r” puxado do interior paulista.

A Cooperativa de Sabão Selecta faz parte da associação Padre Leo Comissari, organização apoiada pela igreja local que reúne outros três grupos de trabalho e promove cursos profissionalizantes. O terreno onde os projetos se desenvolvem está na entrada do setor habitacional Parque Residencial Selecta, construído na década de 1980 para abrigar funcionários da Volks. A situação de vulnerabilidade da região foi o que sempre motivou Dionísia a fazer trabalho comunitário. Na cooperativa de sabão ela trabalha não para gerar a própria renda, mas para ajudar os jovens do bairro.

“Aqui, o máximo que a gente já conseguiu ganhar em um mês foi R\$ 80. Queremos que este espaço seja uma oportunidade para o pessoal entre 17 e 25 anos que está desempregado. Mas poucos deles veem a cooperativa como um trabalho de verdade e como um negócio. Acabam ficando pouco tempo e terminam parados em casa”, desabafo Dionísia. Segundo a tesoureira, hoje a cooperativa produz três mil pedras de sabão mensalmente com seis cooperados fixos. Para se chegar a um lucro de R\$ 1 mil para cada trabalhador, é necessário aumentar a produção para 60 mil pedras.



Para Francisco Silva, o trabalho no ABC de hoje não tem nada a ver com o da década de 70: "antes era esforço físico. Agora é tecnologia"



Apesar da frustração com os jovens que ainda não conseguiu levar para o trabalho, Dionísia comemora o fato de o marido ter entrado para a cooperativa depois de se aposentar. Francisco Silva era mecânico da empresa de creme dental Kolinos. Hoje, ele passa os dias ajudando na produção de sabão. "Aqui a gente se relaciona com as pessoas, conversa... Ele ia ficar deprimido se ficasse parado em casa", ressalta a piauiense.

Francisco, também do Piauí e já sem sotaque, havia trabalhado em um laboratório químico e na indústria farmacêutica. No tempo em que chegou ao ABC, no começo da década de 1970, o marido de Dionísia não tinha tempo para fazer

trabalho social. As ofertas de emprego na região eram abundantes e ele precisava sustentar uma esposa e três filhos.

Mas, daquele período, ele aprendeu que trabalho é sempre trabalho, e é necessário produzir. "Numa cooperativa, apesar de o processo de produção ser diferente, o ritmo produtivo tem que ser o mesmo de uma grande fábrica. As pessoas precisam se empenhar para a coisa ir pra frente", desabafa Francisco, enquanto embala com afinco mais um dos sabões produzidos no galpão da Selecta. Para o aposentado, a indústria do ABC deixou de exigir apenas esforço físico dos trabalhadores ao ceder lugar à tecnologia.

Apesar de o marido de Sandra Fávori estar desempregado, o maior incentivo para que ela permaneça na CoopStillus vem da família



PARA MOVER A SOCIEDADE | Quem depende do trabalho na cooperativa para gerar renda ainda sofre. Na CoopStillus, as sete mulheres podem seguir trabalhando graças à contribuição dos maridos. Quando o negócio foi aberto, em 2007, cada uma teve que entrar com um capital de R\$ 350, valor que foi dividido em dez vezes. Os esposos, a maioria operários, foram os principais financiadores. “Eles são nossos heróis. Além de nos ajudar com o investimento que temos que fazer aqui para manter o negócio funcionando, aprenderam a trabalhar com as tarefas de casa”, lembra Sandra Fávori. Mas os altos impostos pagos acabam dificultando o crescimento e

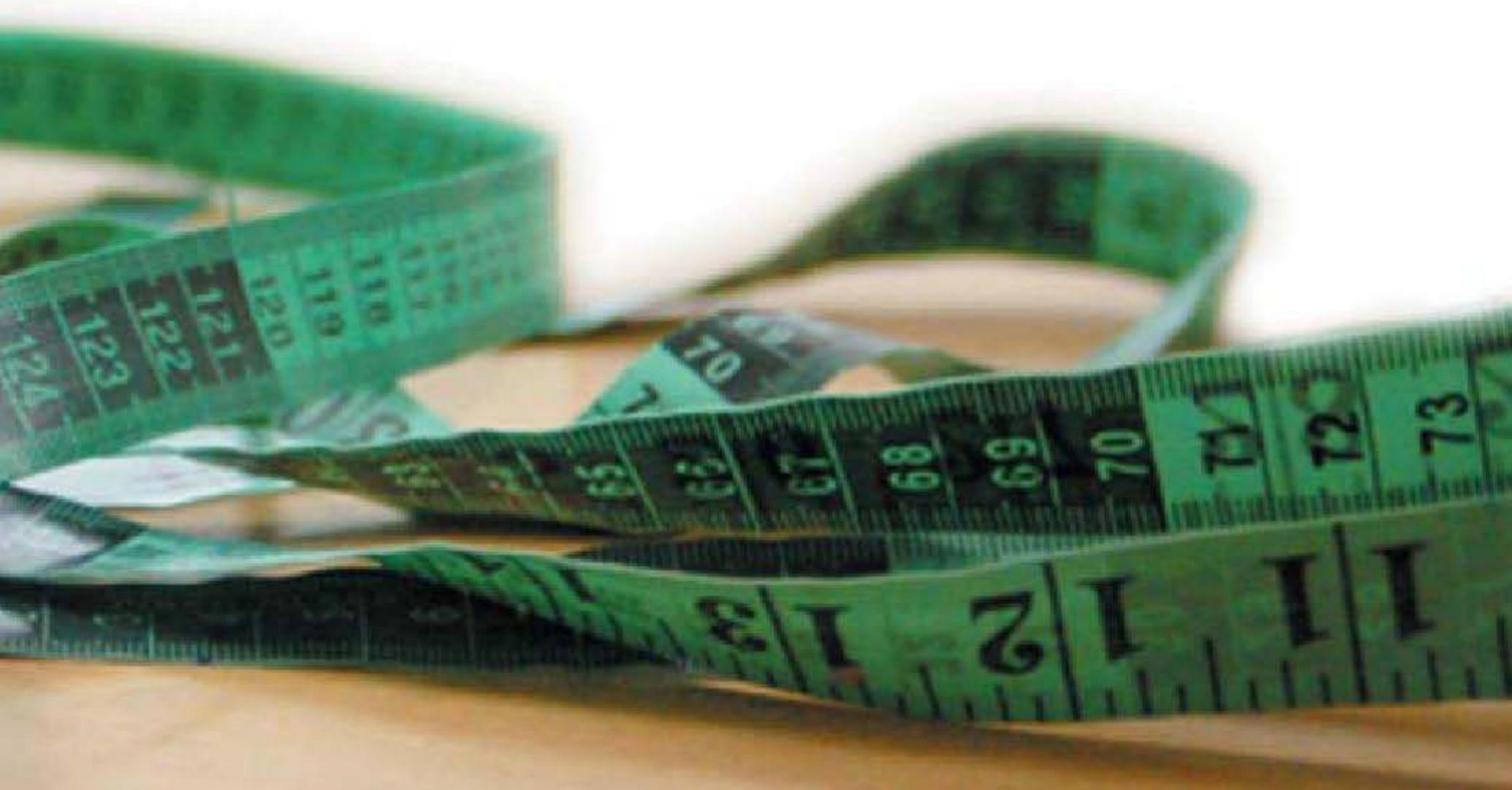
a profissionalização dentro das cooperativas. “Hoje, uma cooperativa de costureiras segue os mesmos critérios de uma Volks”, destaca Alexandre Silva, da Unisol.

Para as mulheres da CoopStillus, a fuga da alta carga tributária se dará por meio da abertura de uma microempresa, que sofre menos taxaço. A documentação já está sendo providenciada para que uma empresa gerida em pé de igualdade pelas sócias possa ser criada. “Seremos empresa, mas continuaremos seguindo os princípios da economia solidária. Se não for assim, nosso trabalho não funciona”, destaca Sandra.

Na Eco Costura, única das três cooperativas onde as mulheres, de fato, têm conseguido lucrar, a renda de cada uma delas varia entre R\$ 150 e R\$ 200 por semana. Mas o negócio ainda está na informalidade, motivo pelo qual elas vêm enfrentando dificuldade para comprar os restos de tecido da fábrica. Nina, no entanto, não pensa em desistir e também sabe que não vai ser fácil. Assim que estiver tudo legal, quer levar mais mulheres da Vila Linda para trabalhar no novo ateliê, já alugado e a poucos metros da casa dela.

“O que vemos aqui é uma história que se repete, de infância pobre e pouca escolaridade. De repente, você começa a ver que há mulheres que precisam de oportunidade, precisam começar a trabalhar. Mas e aí? Como é que ela vai fazer isso?”, contesta Nina. A senhora de cabelo loiro e comprido, 53 anos, carrega no ombro uma bolsa de látex com madeira, comprada pela amiga Darci de mulheres do Acre, em uma feira de economia solidária no Rio Grande do Sul.

O jeito inquieto de Nina não esconde os sonhos que ainda faltam ser realizados pela mulher que completou o ensino médio aos 38 anos. Depois de ver a Eco Costura estabilizada, Nina quer partir para a próxima etapa. “Vou fazer faculdade. Ainda não sei de quê, mas vai ser algo que me ajude a entender a sociedade e a meter o dedo nela”, revela Nina, enquanto gira o indicador para frente como quem cutuca uma ferida. ❖



UM PAÍS EM JOGO

TEXTO Juliana Leão | Yvna Souza

FOTOS Maíra Moraes

DIAGRAMAÇÃO Andrea Ribeiro

DIREÇÃO DE ARTE Mariana Niderauer

“A política é como nuvem. Você olha e ela está de um jeito. Olha de novo, ela já mudou.” A frase do ex-senador Magalhães Pinto demonstra a complexidade de um mundo dominado por relações de poder, interesses e ideologias. Mas, vinda de David Fleischer, política parece fácil de entender. Professor da UnB há 38 anos, o norte-americano que há 48 anos criou raízes com o Brasil é uma das fontes mais procuradas pela imprensa para falar sobre eleições, corrupção e transparência. Nesta entrevista, o cientista político conta como dois grandes partidos – o PT e o PSDB –, hoje adversários, podem se unir, fala do papel da mídia na conscientização do eleitor e até critica a vaidade de um ex-presidente.



CAMPUS REPÓRTER: FAZENDO UM BALANÇO DA GESTÃO DO PRESIDENTE LULA, O QUE O SENHOR DESTACARIA COMO AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DESSE GOVERNO?

DAVID FLEISCHER: Houve uma transformação do governo Fernando Henrique Cardoso em termos de regime fiscal e macroeconômico. O governo Lula vai ser lembrado, principalmente, pelos avanços econômicos, com o PIB crescendo, desemprego caindo, inflação estável. Houve continuação nos programas sociais como o Bolsa-Família, porém, Lula aperfeiçoou estes programas. Vai ser muito lembrado também pela política externa. O FHC já tinha certa independência em relação aos Estados Unidos. Lula aprofundou esta autonomia. Por exemplo, o G20 inicialmente era um grupo de nações emergentes, para tratar de concessões a ex-

portações desses países. Porém, desde 2008, o G20 é o G8 mais 12 emergentes, e trata dos grandes problemas mundiais. E o Brasil teve destaque nessa articulação e se tornou um cachorro grande.

Por outro lado, o governo do presidente Lula é muito criticado, não por errar, mas por omissão. Uruguai, Argentina, Colômbia e Venezuela tiveram conflitos e pediram intervenção do Brasil para ajudarem a negociar. E o Brasil se recusou a entrar neste debate. Então o Mercosul poderia ter avançado mais. Por isso tem esta crítica: vai mexer lá no Oriente Médio e se recusa a negociar soluções com seus vizinhos, não resolve os problemas de seu próprio quintal.

A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO, TIVEMOS OITO ANOS DE GOVERNO FHC E MAIS OITO ANOS DE GOVERNO LULA.



A LONGA PERMANÊNCIA DE UM PRESIDENTE NO PODER – EM DOIS MANDATOS CONSECUTIVOS DE QUATRO ANOS POR CAUSA DA REELEIÇÃO – É UMA PARTICULARIDADE DA POLÍTICA BRASILEIRA?

Sim. Pensa-se que quem se candidata à reeleição, seja prefeito, presidente ou governador, está com a máquina nas mãos e, supostamente, seria impossível esta pessoa não ser reeleita. Mas a experiência mostra que não é assim. Desde 1998, quando abriu a possibilidade do segundo mandato, vários governadores e prefeitos (que tentaram a reeleição) foram derrotados. Em nível presidencial isso não aconteceu ainda.

Eu acho que a possibilidade de reeleição é importante. Porque dá uma chance ao eleitorado decidir, “nós queremos este cara por mais quatro anos”, ou não. Se você tem um mandato único, o eleitorado não tem como julgar o sujeito, se ele fez um bom governo ou não. Então, ele às vezes age irresponsavelmente, porque sabe que não vai ter que enfrentar as urnas de novo.

APÓS A POSSE DE DOIS MANDATOS PRESIDENCIAIS SEGUIDOS, O POLÍTICO FICA IMPOSSIBILITADO DE SE CANDIDATAR AO MESMO CARGO DURANTE QUATRO ANOS. PORÉM, DEPOIS DESTE PERÍODO ELE PODE VOLTAR. O SENHOR ACREDITA QUE NO FUTURO PODEREMOS, POR EXEMPLO, VER LULA CANDIDATO NOVAMENTE?

Em 2006, Cardoso poderia tentar voltar, mas eu acho que inteligentemente decidiu que não. E teria sido derrotado por Lula. As pesquisas de opinião, principalmente as do instituto Datafolha, foram perguntar ao eleitorado para comparar os dois governos. Nesta comparação, Fernando Henrique se saiu muito mal. É claro, você está perguntando sobre um governo de 16 anos atrás, só o eleitorado mais velho lembra como foi o governo FHC. E porque Lula é tão popular que em qualquer comparação FHC sai perdendo. Ele fica muito irritado e chateado com isso. Fernando Henrique é uma pessoa extremamente vaidosa. Ele não aceitou o padrão americano de o ex-presidente cuidar dos netos e da biblioteca e

“PROVAVELMENTE, COM ESTES DOIS PARTIDOS (PT E PSDB) GOVERNANDO JUNTOS, ‘SAI DE BAIXO PORQUE NÓS NÃO VAMOS MAIS SAIR DO PODER’ ”

não entrar mais na política. FH se considera um líder muito importante. Muita gente no PSDB não gosta muito, ele fala e faz algumas coisas não muito adequadas para o bem do partido. Nos Estados Unidos, tanto Bill Clinton quanto Bush não podem se candidatar de novo. A emenda constitucional que permitiu a reeleição lá limitou em dois mandatos. Todo mundo ficou admirado que Bill Clinton, uma pessoa jovem, depois de oito anos na presidência, saiu e ficou calado.

NO CONTEXTO DA REELEIÇÃO, COMO FICA A QUESTÃO DA ALTERNÂNCIA DE PODER?

Eu pessoalmente acho que as alternâncias são saudáveis porque ter um partido no poder por 20 anos é prejudicial. Depois de oito anos de FHC, o eleitorado trocou e colocou o PT no poder. O eleitor tem uma nova chance de, em 2010, fazer outra alternância. Embora tenha muita coisa em comum entre o que o PT e o PSDB propõem. Tem gente que acha que, mais cedo ou

mais tarde, os dois partidos vão se juntar em uma coalizão. Porque o PSDB começou como um partido de centro-esquerda em 88, se moveu para o centro e depois para centro-direita. O PT começou na esquerda, moveu-se para o centro-esquerda, agora está mais no centro. Renato Janine Ribeiro, que é professor da Unicamp, faz a previsão de que daqui a 20 anos ou 30 anos os dois partidos vão estar trabalhando juntos.

SE REALMENTE HOVER ESTA COALIZÃO ENTRE PSDB E PT, QUAIS SERÃO AS CONSEQUÊNCIAS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA?

Esta seria uma situação onde haveria alternância da pessoa na presidência, mas não haveria uma alternância na coalizão. E, provavelmente, continuaria a mesmíssima coisa. Toda a situação, políticas públicas, continuaria uma sequência. Provavelmente, com estes dois partidos governando juntos, “sai de baixo porque nós não vamos mais sair do poder”.

A DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DO CARGO SÓ É OBRIGATÓRIA NO PODER EXECUTIVO. ESTE DEVERIA SER UM REQUISITO PARA O LEGISLATIVO TAMBÉM?

Esta é uma das críticas à reeleição, porque o governador ou o presidente que vai tentar o segundo mandato não tem que se afastar do cargo. O que é um pouco injusto. Ele tem toda a máquina nas mãos para incrementar sua campanha.

Na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, a desincompatibilização é algo desconhecido. Na América Latina é comum porque se acredita que o sujeito que não caiu fora do cargo vai usar todos os poderes e recursos deste cargo para promover sua reeleição. A questão é que as leis na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá são mais rigorosas em termos de abuso do poder. Lá o pessoal não abusa, porque pode ser afastado ou até ir para a prisão.

Eu conto para deputados e senadores um caso de um deputado americano todopoderoso que já estava no décimo mandato. Uma juíza de primeira instância, em Chicago, mandou o cara para a prisão direto, porque ele abusou da franquia postal que ele tinha. Aí os deputados e senadores aqui disseram: “Mas não tem imunidade

parlamentar?”. Sim, mas só da palavra, se você quebrar alguma lei, isto não tem imunidade, ou impunidade. “E ele não era réu primário?”, Sim, mas lá não tem isso. Réu primário vai para a prisão direto. “E não tinha o direito de responder em liberdade?”, Sim, ele apelou, mas teve que apelar enquanto estava na prisão. Então, os deputados ficaram muito assustados: “Como isso poderia acontecer com um deputado americano?”. Porque lá as leis são diferentes e pegam. Um dos nossos principais problemas é que o judiciário não funciona.

NO BRASIL, AS MULHERES REPRESENTAM A MAIORIA DO ELEITORADO, ENTRETANTO A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA AINDA É PEQUENA. ENTRE OS DEPUTADOS FEDERAIS, APENAS 8,7% SÃO MULHERES. O QUE JUSTIFICA A TENDÊNCIA DA ELEITORA BRASILEIRA EM VOTAR EM CANDIDATOS HOMENS?

O Brasil está além do centésimo lugar em termos de representação da mulher na Câmara dos Deputados. A Argentina tem 34%. Por quê? Porque o sistema eleitoral argentino é diferente. Eles usam a representação proporcional, mas com lista fechada. Quer dizer, cada partido organiza sua lista em uma ordem pré-determinada.

“ TENDO INFORMAÇÃO, O ELEITOR BRASILEIRO TEM CONSCIÊNCIA E INTELIGÊNCIA PARA VOTAR ”

A lei diz que, nesta lista, a mulher tem que conquistar pelo menos o terceiro, o quinto e o sétimo lugares. Se você eleger sete deputados, seu partido vai ter três mulheres. Então, isso ajudou as mulheres a chegarem à Câmara dos Deputados na Argentina.

Se você conversar com as mulheres que são ativas na política, elas reclamam que em todos os partidos, com exceção do PT, os homens controlam o acesso à televisão. E, usualmente, os homens têm mais acesso ao dinheiro e a recursos de campanha.

Mas o problema é a lista aberta. Você vota em nome, não no partido.

QUAIS OS CRITÉRIOS UTILIZADOS PELOS PARTIDOS PARA A SELEÇÃO DOS CANDIDATOS?

Vantagens para o partido. É o candidato que traz muitos eleitores. Ele representa um setor. Vamos supor, ele é bispo ou evangélico, ou é líder de um grande sindicato ou ele é descendente de japonês. Em São Paulo e no Paraná, você tem muitos eleitores que são descendentes de japonês. Sempre esta etnia junta seus votos e elege três a quatro deputados estaduais. São Paulo também tem uma grande quantidade de PMs. Cada PM tem três a quatro

votos em casa. Então, conforme os recursos financeiros e de segmento do eleitorado que o pré-candidato traz, ele é aceito.

CANDIDATOS COM ANTECEDENTES CRIMINAIS, COMO ENVOLVIMENTO EM CASOS DE CORRUPÇÃO, CONSEGUEM, EM ALGUNS CASOS, SER REELEITOS. POR QUE O BRASILEIRO AINDA VOTA EM FICHA-SUJA?

O brasileiro lê muito pouco jornal e revista. Número um: porque tem muito analfabeto funcional que não consegue ler muito bem. Número dois: comprar jornal é caro. Tem muita gente que não tem dinheiro. Este pessoal recebe toda a sua informação pela tela da televisão. Então, cada vez mais, a televisão tem um papel importante de informar durante a campanha eleitoral. Um exemplo disso é o caso que surgiu, em junho e julho de 2006, dos Sanguessugas, o escândalo das ambulâncias. A Polícia Federal acusou 69 deputados. E destes, os que se candidataram novamente, só cinco conseguiram se reeleger. Porque a televisão divulgou isso em nível nacional e estadual intensivamente. Tendo informação, o eleitor brasileiro tem consciência e inteligência para votar pelo menos negativamente, "não vou votar neste aí que é ficha-suja". ❖



SAIA DO SEU CANTO DE MURO, HOMEM.

**VOCÊ GOSTA DOS ABERTOS NO CANTEIRO? JÁ FUMOU UM CIGARRO NA PRAIA
OU ACENDEU UMA FOGUEIRA >**

SOBRE O AUTOR

Gustavo de Castro é poeta, escritor, editor e professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. As próximas páginas trazem dois de seus *Poemas Vis*, título do livro lançado recentemente.

VÁ PASSEAR NA PRAÇA.

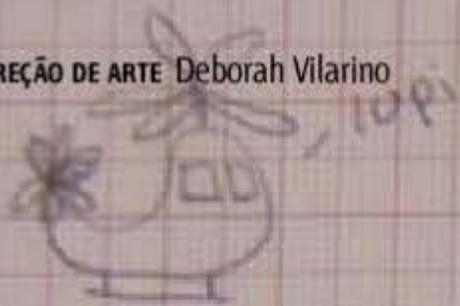
> COM LASCAS DE EUCALIPTOS?

Sei que você gosta de poesia, homem.
QUE ESCREVE POESIA TAMBÉM.
Mas tem poesia na tua vida neste canto de mundo?
Saia do seu canto de mundo, homem.

VÁ PASSEAR NA PRAÇA.

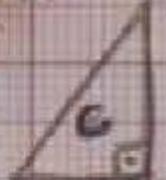
Se você tiver filhos e gostar de
gargalhar com bestagens, ainda melhor.
Subirá no meu conceito. Fará seu canto
ainda melhor. Se puder, pendure também
uma samambaia por perto. Solte pipa.
Lave o balde de roupa suja ou caminhe sem
direção rumo a estrada noturna.

Qualquer coisa, homem.
Qualquer coisa. Menos jogar tua âncora de sol neste canto de muro.

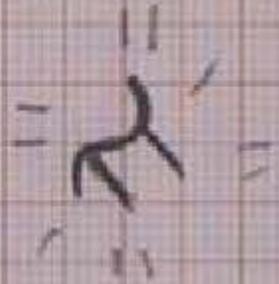


Gosto de matemática
Não sei se é
algo nos ritmos
numes vazios
decimais
em mim.

$$A^2 + B^2 = C^2$$



Só sei que gosto de mate
com chocolate. Mate com
leite. Mate com máquinas.



$$\underline{\underline{-3x + 3x = -7 \quad (x=3)}}$$

Matemática. Ninguém é capaz de entender tua dez serventia.

Para que serve um zero à esquerda igual a mim?

$$X = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4AC}}{2A}$$



EXPEDIENTE

EDITORA EXECUTIVA | Márcia Marques
EDITORES | David Renault,
Dione Moura e Sérgio de Sá
EDITOR DE FOTOGRAFIA | Lourenço Cardoso
EDITORA DE ARTE | Gabriela Freitas
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO |
Mariana Niederauer

REPORTERES | Bruna Senseve, Fábio Tito,
Felipe Néri, Juliana Leão, Marina Márquez,
Patrícia Banuth, Pedro Lacerda e Yvna Sousa

PROJETO GRÁFICO | Eudaldo Sobrinho, Débora
Vilarino, Gabriel Menezes, Guilherme Teles,
Taynara Nogueira, Andrea Ribeiro, Júlia Libório,
Mariana Veil e Maurício Chades, Mariana
Niederauer

FOTÓGRAFOS | Camila Bevilacqua,
Ellen Galvão, Isabela Horta, Maíra Morais,
Marcela Ulhôa

REVISOR | José Luiz Silva

CAPA | Guilherme Teles, Rafael Oliveira (foto)

SUORTE DE INFORMÁTICA | Pedro França

Agradecimentos

Ana Nice de Carvalho, Lillian Sarmiento, Centro
de Ensino Especial para Deficientes Visuais do
Distrito Federal, Decanato de Assuntos
Comunitários (DAC/UnB), Festival Assim
Vivemos, Universidade Metodista de São
Paulo, Assistência Social Evangélica de Brasília
(Lar Betel), Cláudio Bull, Rafael Viana,
Fernando Rosa, Secretaria FAC/UnB, FACTO
Agência de Comunicação.

Em memória de Ângela Félix e Clésio Ferreira

Campus Repórter é uma publicação
semestral, produzida por professores e alunos
das disciplinas Laboratório Campus Repórter e
Diagramação Campus Repórter, Faculdade de
Comunicação, UnB - Ano 4, N°6, 2010.

ENDEREÇO | Campus Darcy Ribeiro, Faculdade
de Comunicação,
ICC Ala Norte - Caixa Postal 04660
CEP 70.910 - 9000 Brasília/DF
TELEFONE | 61 3307.2461
www.fac.unb.br
reportercampus@gmail.com

Pela iniciativa acadêmica, a Revista ganhou os
prêmios: Expocom Centro-Oeste (2007),
Expocom Nacional (2008), Prêmio Engenho
(2009).

Faculdade de Comunicação | UnB
DIRETOR | David Renault
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO | Zélia Leal
Adghini
DEPARTAMENTO DE AUDIOVISUAL E
PUBLICIDADE | Wagner Rizzo

Impressão Athalaia Gráfica e Editora
Tiragem 4 mil exemplares

ESPAÇO DO LEITOR



Obra da professora Sônia Paiva, Campus Repórter 4

CARTA REFLEXÃO SOBRE UMA OBRA DE ARTE

Seria Deus um olho com asas?

Eis que Aquele-que-tudo-vê-e-tudo-pode de repente se mostra claramente, de algum lugar do Universo, captado em lâminas produzidas em ecoline, caneta pantone e tintas guache e acrílica, para nos guiar com seu olhar perscrutador, marcante, de uma altura imensurável, com um ângulo de visão impressionante.

Deus é Deus.

Como propõe a própria obra, a pergunta de São Bernardo, "o que é Deus?", e sua própria resposta: "Deus é comprimento, largura, altura e profundidade", nos remetem a uma dimensão estranha e inatingível pelos sentidos limitados do homem.

Ao refletir sobre a obra e sua proposta, sinto o olhar puro e determinado de Deus a zelar por mim e, como filho manhoso, deixo-me esconder sob suas asas.

Agrego aos meus sentidos o sentido inexato, mas real, da fé.

Edmundo Brandão Dantas

SOLICITAÇÃO CAMPUS REPORTER 1

Estamos interessados em receber:

Revista Campus Repórter Ano 1 - n°1/2007 e
Futuras Publicações para continuarmos a coleção
em nosso acervo, tendo em vista o grande interesse
do nosso público pela mesma.

Biblioteca do Departamento de Comunicação Social -
Universidade de Taubaté

Sou cidadão **Sou UnB** construindo os próximos 50 anos

Os projetos de extensão são a interface entre a universidade e a sociedade. O **Caiaque Comunitário** é aberto à comunidade e ensina a agir em situações de perigo no Lago Paranoá.



